



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

ARTHUR MENDES DE OLIVEIRA

EGRESSO ACADÊMICO:
UM ESTUDO DO PERFIL DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA-PB

2015

ARTHUR MENDES DE OLIVEIRA

EGRESSO ACADÊMICO:
UM ESTUDO DO PERFIL DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Graduado em Tecnólogo em
Gestão Pública da Universidade Federal
da Paraíba.**

**Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Joseneide
Souza Pessoa**

JOÃO PESSOA, PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48e Oliveira, Arthur Mendes de.

Egresso acadêmico: um estudo do perfil do curso de gestão pública da Universidade Federal da Paraíba. / Arthur Mendes de Oliveira. – João Pessoa: UFPB, 2015.
75f.:il

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Josineide Pessoa.

Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Gestão pública. 2. Formação profissional. 3. Curso de Tecnologia em Gestão Pública - egressos. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:35:378(043.2)

ARTHUR MENDES DE OLIVEIRA

EGRESSO ACADÊMICO:

**UM ESTUDO DO PERFIL DO CURDO DE GESTÃO PÚBLICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal da
Paraíba junto ao Curso Superior de
Tecnologia de Gestão Pública como
exigência parcial para obtenção do título
de Tecnólogo em Gestão Pública.**

Aprovado em __/__/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Joseneide Souza Pessoa - UFPB (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Sabrina de Melo Cabral-UFPB (Membro)

Prof.^o Mrs^o Nicolas Renato Siqueira de Araújo-UFPB (Membro)

*Aos familiares, em especial meu irmão
Jordhi Mendes “in memoriam” a quem tanto amo
e que segundo a compreensão de eternidade dos gregos, posso afirmar
categoricamente que serás eterno para mim.*

AGRADECIMENTOS

Não tenho muito o que dizer sobre aqueles a quem devo os meus agradecimentos. Diante disto, coloco-me apenas a fazer uma lista daqueles a quem, além do dever, tenho a honra de ter estado ao seu lado principalmente por tê-los comigo durante todo esse tempo, ao longo de minha trajetória acadêmica. Achei por bem apenas citar seus nomes, pois, diante disto, tenho a convicção de que todos reconhecem o quanto fizemos juntos. Adriana da Conceição (Tia), Adriano Estêvão Gonçalves (Aluno), Cesar Emanuel Barbosa de Lima (Professor), Eliane da Conceição (Mãe), Flávio Perazzo (Professor), Gleydsom Tavares (igreja), Gustavo Rabay (Professor), Hélio Ramos (Professor), Joseneide Souza Pessoa (Professora Orientadora), José Renato da Silva Abreu (Aluno), José Thiago de Freitas Felipe (Aluno), Josias Mendes de Oliveira (Pai), Luana Lima (Aluna), Marco Antonio Acco (Professor), Maria Rozana Rodrigues (Igreja), Mayara Costa (Aluno), Marcelo Henrique da Silva (Servidor), Marcos Antônio Cordeiro Costa (Aluno), Michele Albuquerque (Aluno), Pedro Paulo Nunes da Silva (Aluno), Sabrina Cabral de Melo (Professora), Sérvulu Mario (Aluno), Tatiany Fernandes Oliveira (Igreja), Vandersom Carneiro (Professor), Wellen Janylly Rodrigues da Silva (Aluno).

As pessoas comuns pensam apenas como passar o tempo.

Uma pessoa inteligente tenta usar o tempo.

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de uma experiência de iniciação científica a partir de minha participação como bolsista voluntário do Projeto de Pesquisa “O PERFIL DO EGRESSO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UFPB”, realizado no Departamento de Gestão Pública. O referido projeto de pesquisa apresenta três dimensões de análise: A primeira dimensão se refere aos aspectos socioeconômicos; segunda, a situação do mercado de trabalho dos egressos e a terceira dimensão, avalia a situação pedagógica do curso a partir da percepções de egressos e concluintes de 2015.1. Enquanto bolsista, coube desenvolver uma análise as dimensões dos aspectos socioeconômicos e de mercado de trabalhos. A partir deste recorte, este estudo tem por objetivo geral analisar e formar o perfil dos egressos do curso de gestão pública da UFPB. A metodologia do estudo foi realizada por uma tipologia exploratória e de levantamento. Tendo como universo da pesquisa os egressos e concluintes do curso de Gestão Pública que no período de 2013.1 a 2014.2 se formaram 48 alunos. A amostra foi do tipo não-probabilística, se deu por meio do acesso à população amostral por contato direto e e-mail, totalizando 27 colaboradores da pesquisa, atingindo 56,2% do Universo da pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi um questionário formulado com perguntas fechadas e abertas. Constatou-se, dentre outros dados, que os colaboradores da pesquisa se identificam com curso, considerando uma escolha atrativa por proporcionar uma formação ampla que os qualifica para atuar em organizações privadas e públicas.

Palavras-chave: Gestão Pública; Egressos; Formação Profissional.

ABSTRACT

This work Completion of course is the result of scientific research experience from my participation as a volunteer Fellow of the Research Project "The egress PROFILE OF PUBLIC MANAGEMENT COURSE UFPB" held at the Department of Public Management. That research project has three analytical dimensions: The first dimension refers to the socio-economic aspects; second, the situation of the labor market for graduates and the third dimension, assesses the educational situation of the course from the perceptions of graduates and graduates of 2015.1. While stock market, fell develop an analysis of the dimensions of socio-economic aspects and job market. From this cut, this study has the general objective to analyze and form the profile of graduates of public management course UFPB. The methodology of the study was carried out by an exploratory and survey type. With the world of research graduates and students were graduating in Public Management in the period 2013.1 to 2014.2 graduated 48 students. The sample was non-probabilistic, was through access to sample population by direct contact and e-mail, totaling 27 employees of research, reaching 56.2% of the survey universe. The data collection instrument was a questionnaire formulated with closed and open questions. It found, among other data, the research collaborators identify with course considering an attractive choice for providing extensive training that qualifies them to work in private and public organizations.

Keywords: Public Administration; Graduates; Professional qualification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Imagem da Universidade Federal da Paraíba

36

LISTA DE QUADROS

Quadro 01– Relação das Disciplinas Ofertadas por Período

37

LISTA DE TABELAS

Tabela 01– Situação dos egressos do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública- UFPB	18
Tabela 02– Quantidade de Cursos de Gestão Pública	34
Tabela 03– Evolução das Taxas de Escolarização da Educação Superior Brasil - 2003/2012	40
Tabela 04- Resultados do Censo da Educação Superior 2013	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01– Idade dos Egressos e Concluintes do Curso de TGP	39
Gráfico 02– Sexo dos Egressos e Concluintes do Curso de TGP	40
Gráfico 03– Estado Civil dos Egressos e Concluintes do Curso TGP	41
Gráfico 04– Etnia dos Egressos e Concluintes de Curso de TGP	42
Gráfico 05– Domínio de língua estrangeira dos Egressos e Concluintes do Curso TGP	43
Gráfico 06– Renda Pessoal dos Egressos e Concluintes do Curso TGP	44
Gráfico 07– Rede de Ensino Fundamental e Médio dos Egressos e Concluintes do Curso TGP	45
Gráfico 08– Atualmente Trabalha na Área de Gestão Pública	46
Gráfico 09– Após Concluir o Curso, Quanto Tempo Demorou para Obter o Primeiro Emprego	47
Gráfico 10– Maiores Dificuldades Encontradas Depois de Formado	47
Gráfico 11– Indique o Quanto seu Emprego\Estagio Está Diretamente relacionado Durante a Graduação	48
Gráfico 12– Após a Conclusão do Curso o Quanto Seu Emprego Está Diretamente Relacionado ao Curso	48
Gráfico 13– Indique o Quanto o Seu Atual ou Mais Recente Emprego está Diretamente Relacionado ao Curso	49
Gráfico 14– Situação no Mercado de Trabalho	49
Gráfico 15– Exigência da Sua Capacitação Profissional na Atualidade	50
Gráfico 16– Quanto Tempo (em horas) Você Trabalha (va) por Semana	51
Gráfico 17– Setor do Seu Cargo (Mais recente)	51
Gráfico 18– Área da Gestão Pública que Trabalha Atualmente	52
Gráfico 19– Aproximadamente Quanto Tempo Encontra-se (va) no Atual ou mais recente Emprego	52
Gráfico 20– Grau de Satisfação com Relação ao Seu Salário	53
Gráfico 21– Grau de Satisfação com relação a Abonos e Incentivos e Outras Vantagens	53
Gráfico 22– Grau de Satisfação com relação a Condições Geral de Trabalho (horário, local, pessoas.)	54
Gráfico 23– Grau de Satisfação com relação ao Prestígio da Organização em que Trabalha	54
Gráfico 24– Grau de Satisfação com Relação as Diversidade das atividades que Desempenha	55
Gráfico 25– Grau de Satisfação com relação ao seu relacionamento Pessoal no Trabalho	55
Gráfico 26– Grau de Satisfação com Relação a Competência de Colegas de Trabalho	56
Gráfico 27– Grau de Satisfação com Relação a Possibilidades de Possíveis Contatos com Outros Empregadores	56
Gráfico 28– Grau de Satisfação com Relação a Estabilidade do Seu atual Emprego	57
Gráfico 29– Grau de Satisfação com Relação a Treinamentos oferecidos pelo Empregador	57
Gráfico 30– Grau de Satisfação com Relação a Oportunidade de atuar com Criatividade	58
Gráfico 31 – Grau de Satisfação com Relação a Possibilidade de Promoção no Seu Trabalho	58

Gráfico 32– Grau de Satisfação com Relação a Sua independência e autonomia nos Processos de seu Trabalho	59
Gráfico 33– Qual o Seu Grau de Satisfação com Sua Vida em Geral	59
Gráfico 34– Qual o Seu Grau de Satisfação com Vida Familiar	60
Gráfico 35– Qual o Seu de Satisfação com a Qualidade de Atividades de Lazer	60
Gráfico 36– Qual o Seu Grau de Satisfação com a Quantidade de Tempo pra Atividades de Lazer	61
Gráfico 37– Qual o Seu Grau de Satisfação com a Quantidade de Tempo para dedicação a família	61
Gráfico 38– Qual o Seu Grau de Satisfação com a Cidade Onde Mora	62
Gráfico 39– Qual o Grau de Satisfação com Sua Perspectiva de Vida	62

LISTA DE SILGLAS

TGP– Tecnologia em Gestão Pública

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

SCA- Software para Gerenciamento de Academias

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

CTDR- Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional

CCSA- Centro de Ciências Sociais Aplicadas

ProUni- Programa Universidade para Todos

FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PPC- Plano Pedagógico curricular

IES-Instituições de Ensino Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ESTADO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS E CONTEXTOS	20
2.1 ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DEFININDO CONCEITOS	20
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO E GOVERNO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	22
2.3 OS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	25
2.4 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO PÚBLICA	28
3. FORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL	29
3.1 CURSOS EM GESTÃO PÚBLICA: UMA NECESSIDADE PARA SOCIEDADE E ESTADO?	29
3.2. O CURSO TECNOLÓGICO EM GESTÃO PÚBLICA-UFPB	35
4. PERFIL DOS EGRESSOS E CONCLUINTES DE CURSO TECNOLÓGICO EM GESTÃO PÚBLICA DA UFPB	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ALUNOS/PARTICIPANTES DA PESQUISA	39
4.2 A SITUAÇÃO DO EGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	67

1 INTRODUÇÃO

A formação em Gestão Pública é mais do que um campo acadêmico – é um conjunto de conhecimentos políticos e técnicos que todo cidadão deveria possuir, pois o entendimento de como funciona o Estado e a sociedade é válido para qualquer dimensão profissional. Os cursos de Gestão Pública se inserem em várias atividades e campos de atuação. Sua composição coaduna disciplinas de diversas áreas do conhecimento científico, que se somam aos interesses de uma formação plural, democrática e ética e, acima de tudo, devem estar voltadas para as necessidades públicas que atingem o país.

O curso de Gestão Pública da universidade Federal da Paraíba (UFPB) surge em um cenário nacional repleto de crises sociais, políticas e éticas, mas diante dessas crises busca-se encontrar novos caminhos na condução do Estado e das políticas públicas. Essa busca perpassa e envolve as ações do Estado, do governo e da sociedade civil organizada, principalmente na educação, pois espera-se formar pessoas cada vez mais capacitadas e eticamente comprometidas com a máquina pública.

Diante desse contexto, as questões orientadoras deste estudo partiram de um conjunto de indagações, a saber: Como estão os egressos do curso em relação ao mercado de trabalho? Quais são as opiniões dos alunos sobre o referido curso? Como o curso está contribuindo para a formação do aluno nas áreas do ensino, pesquisa e extensão? Quais as práticas pedagógicas relevantes do curso?

A presente monografia é fruto de uma experiência de iniciação científica a partir de minha participação como bolsista voluntário do Projeto de Pesquisa (O perfil do egresso do curso de gestão pública da UFPB), realizado no Departamento de Gestão Pública. O referido projeto de pesquisa apresenta duas dimensões de análise: A primeira dimensão se refere aos aspectos socioeconômicos e a situação do mercado de trabalho dos egressos, e a segunda dimensão avalia a situação pedagógica do curso a partir da percepção de egressos e concluintes de 2015. Enquanto bolsista coube-me desenvolver uma análise sobre a primeira dimensão do projeto.

O objetivo geral da pesquisa foi de analisar o perfil dos egressos e concluintes do curso de Gestão Pública da UFPB e os objetivos específicos foram formar um perfil socioeconômico desses egressos e concluintes do curso além caracterizar a participação dos egressos e concluintes no mercado de trabalho.

Esse trabalho visa contribuir para a sistematização de um perfil de dados sobre o curso, no sentido de servir para reorientar procedimentos pedagógicos e curriculares, bem como organizativos da coordenação do curso.

Os procedimentos científicos da pesquisa se qualificaram a partir de um conjunto de informações que orientaram o caminho percorrido no processo de construção do conhecimento. Para delinear este caminho, tomamos como referência a classificação de Gil (2010) acerca da pesquisa social. Segundo o autor, a tipologia da pesquisa compreende duas grandes divisões.

A primeira classificação da tipologia é quanto aos objetivos gerais do estudo, que pode ser exploratória, descritiva e explicativa. No caso particular deste estudo, a referida pesquisa se caracterizou como um estudo exploratório, diante do fato de levantar informações iniciais sobre o fenômeno estudado, sem pretender criar nenhuma teoria, mas conhecer aspectos da realidade que podem ser mais bem investigados em outra etapa.

A segunda classificação da tipologia considera a articulação aos meios da pesquisa, ou seja, como ela vai ser desenvolvida. No que se refere à tipologia quanto aos meios de pesquisa, consideramos que esta proposta se caracterizou como um estudo de levantamento, por se tratar de buscar informações sobre o perfil do curso de Gestão Pública. Por outro lado, na classificação de Vergara (1997) pode-se considerar que é uma pesquisa de cunho avaliativo, pois permitirá traçar um quadro de dados avaliativos sobre o curso, já que as perguntas que orientam o estudo perpassam este fim, que é de produzir um perfil, mas também conhecer, o que os alunos egressos e concluintes pensam sobre o curso.

O universo da pesquisa se caracterizou pelo público de alunos egressos no período de 2013.1 a 2014.2. De acordo com os dados do Sistema Coordenação Acadêmica, concluíram 48 alunos no período de 2013.1 a 2014.2, conforme se vê na tabela abaixo:

Tab.01- Situação dos egressos do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública-UFPB

Egressos Total (noturno e vespertino)								
Situação do egresso	2013.1		2013.2		2014.1		2014.2	
	Nº abs	%	Nº abs	%	Nº abs	%	Nº abs	%
Conclusão	09	32,1	11	31,4	15	32,6	13	28,8
Abandono	17	60,7	22	62,8	21	45,6	26	57,7
Solicitação do aluno	01	3,5	02	5,7	10	21,7	05	11,1
Cancelamento pelo Sisu	01	3,5	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Concluinte apto a colar grau	00	0,0	00	0,0	00	0,0	01	2,2
Total	28	100%	35	100%	46	100%	45	100%

Fonte: dados do SCA-2015

Deste total foram aplicados 27 questionários a partir de uma amostra do tipo não-probabilística, tendo em vista que nem todos egressos puderam participar da pesquisa, perfazendo uma amostra de 56% do total do universo. Neste sentido, foi estipulado um prazo de coleta de dados junto aos informantes que apareciam na lista de egressos e concluintes. Destes, tivemos como critério para compor a amostra o número de alunos que se colocaram à disposição de responder o instrumento de coleta de dados, durante o período de 20 de setembro a 20 de outubro de 2015.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi elaborado um questionário eletrônico (Apêndice A) disponibilizado nos e-mails dos alunos contatados. A lista dos alunos foi feita por meio da relação no sistema SCA da UFPB, elencando todos os alunos que terminaram o curso a partir de 2013.1, quando houve a primeira turma de formados.

O questionário apresentou três grandes dimensões: uma primeira dimensão socioeconômica; segunda dimensão, profissão e mercado de trabalho e a terceira dimensão, avaliação sobre o curso. As duas primeiras dimensões foram trabalhadas neste TCC. A coleta de dados se deu por meio da internet, utilizou-se essa ferramenta por entender que ela facilitaria a aproximação com os informantes, sem que eles sofressem interferência direta do pesquisador, dando aos informantes liberdade de resposta e disponibilidade dentro do prazo estipulado. Para alcançar os objetivos da pesquisa, privilegiou-se produzir uma análise quantitativa, baseado na estatística de média percentual das questões respondidas. Transformando-se, assim, os resultados, em objeto a ser analisado pelos componentes do Departamento de Gestão Pública para processo contínuo de busca de aperfeiçoamento do referido curso.

A composição deste estudo está disposta em quatro capítulos, o capítulo 2 que visa fazer uma aproximação com a discussão sobre Estado, Governo e Administração, mencionando contextos e conceitos, por acreditar que isso facilitaria ao leitor deste trabalho entender o caminho teórico-metodológico sistematizado para alcançar a discussão final sobre o perfil do curso. O capítulo 3 trata de uma discussão sobre a Gestão Pública no país e a formação em Gestão Pública, parte de alguns dados importantes. No capítulo 4, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada e, por fim, as considerações finais.

2 ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS E CONTEXTOS

Neste capítulo, vamos tratar dos conceitos e contextos sobre o Estado a partir dos significados conceituais, contextos do clássico ao contemporâneo, demarcando as diferenças entre Estado e Nação, e seus elementos constitutivos.

2.1 ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DEFININDO CONCEITOS

Durante muito tempo na sociedade, perdurou-se o questionamento sobre qual seria a verdadeira natureza da administração, se ciência ou arte. Alguns a encaravam como uma ciência, outros a interpretavam como uma arte, mas, no entanto, podemos afirmar que a mesma pode ser considerada das duas formas: Ciência, uma vez existirem critérios metodológicos, tais quais as ciências de natureza sociais, e arte, pelo fato de orquestrar as relações entre indivíduos, que não necessariamente apresentam regras mecânicas no que tange essa relação. Para Haig (1962, p. 68)

É uma arte o trabalho com tintas ou argila, a combinação de sons na música, a combinação de palavras e ideias na literatura. Temos certamente o direito de incluir entre as belas-artes o trabalho que congrega em volta de um objetivo indivíduos e grupos em relações organizadas. É realmente uma das artes mais significativas a capacidade de obter a mais fértil colaboração num mundo onde o esforço conjugado é a expressão típica de indivíduos que procuram viver produtivamente. E essa arte torna-se, no melhor sentido da palavra, uma empresa social de fundamental importância pública.

A administração, sem sombra de dúvidas, é uma ciência, como também uma arte na qual a sua ação é completamente responsável por inferir nos processos de planejamento, organização, direção e controle dos recursos, sejam eles de caráter humanos, financeiros ou materiais, ou seja, exigem grandes habilidades, discernimento e força moral. Em síntese, para alguns autores podemos entender a Administração, Segundo Fayol (apud Teixeira 1981), os atos de administrar consistem na capacidade de prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Para ele, prever é traçar num futuro o programa da ação para o determinado fim proposto.

A organização está ligada necessariamente ao fato de que as questões voltam para pleno funcionamento, sejam elas matérias-primas, utensílios, capitais e pessoal. Comandar é saber dirigir e conduzir todas as pessoas. Coordenar é fazer uma ligação, uma união de modo a

harmonizar todos os atos e todos os esforços. Controlar é o ato de manejar cujo objetivo seja fazer com que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Silva (2004, p.6) apresenta a Administração como um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz de recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais. Portanto, a administração no seu sentido amplo traduz-se em todo o ciclo referido acima. Drucker (2001, p.21) já advertia a real necessidade da figura do administrador. “O administrador é o elemento dinâmico e vital de qualquer empresa. Sem sua liderança, os recursos de produção continuam como recursos e nunca se transformam em produção”.

Após entendermos em seu sentido amplo o significado de administração, veremos que para Guilik (*apud* Saldanha, 2006, p. 11), “a administração pública é a parte da ciência da administração que se refere ao governo”. Em outras palavras, a administração pública seria uma parte da administração onde todos os seus recursos, tanto ciência quanto arte são utilizados para gerenciar os recursos de interesses públicos.

Numa visão mais contemporânea Matias Pereira (2009, p.7), afirma:

Administração pública, num sentido amplo, é um sistema complexo, composto de instituições e órgãos do Estado, normas, recursos humanos, infraestrutura, tecnologia, cultura, entre outras, encarregando de exercer de forma adequada a autoridade política e as suas demais funções constitucionais, visando o bem comum.

De fato, a administração pública, por se tratar da ação do governo, descreve o conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado com o objetivo de fazer a gestão de determinadas áreas da sociedade, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*, CF).

A Administração Pública pode ser compreendida por administração direta e indireta. A administração pública direta tem personalidade jurídica própria e é representada por todas as entidades federativas: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Na Administração Indireta, existe a transferência da tarefa da administração para outra pessoa jurídica de direito público, sendo elas: autarquias, agências, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, todas dotadas de personalidade jurídica própria, criadas por lei ou a partir de autorização legislativa e resultantes de descentralização administrativa.

As organizações públicas são de fundamental importância para a sociedade, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, pois através dela o Estado exerce suas funções dentre

as quais podemos destacar a função alocativa, que seria nas mãos do que alocar parcelas dos recursos da economia (capital, trabalho e recursos naturais diversos) para oferta e ou provisão de bens e serviços tidos como públicos. A função distributiva resulta na distribuição de renda em determinado momento das dotações dos fatores de produção-capital por meio de transferências, impostos ou subsídios. Na função estabilizadora, o sistema de mercado não funciona por si só, sendo autossuficiente para garantir as taxas de crescimento econômico, estabilidades dos preços e garantir as mais altas taxas de emprego, desta forma a função estabilizadora do Estado tem por finalidade assegurar esse direito. (GIAMBIAG; ALÉM 2000, p.10)

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO E GOVERNO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O Estado é o grande objeto de estudo do gestor público, ou pelo menos o ambiente no qual ele está inserido. Sem a existência do Estado não seria possível a atuação deste profissional no mercado de trabalho. Para que possamos compreender quem são estes profissionais, antes se faz necessário entender o seu universo. É preciso formular conceitos básicos do que é o Estado e suas funções.

Iremos trazer à tona conceitos fundamentais de extrema relevância de determinados teóricos consagrados para melhor compreensão e definição do que é o Estado, para que então se possa formular um entendimento do profissional de Gestão Pública. Para Verbo (1968), O Estado associa-se a pessoas, que estão em um território submetidas a um poder político e jurídico orientado para objetivos do interesse público.

Para tal, a formação do conjunto desses três elementos constitutivos, que formará o entendimento de Estado, sendo eles: Povo – o “agente” que se destina pela caracterização de todo o conjunto humano, ou seja, as pessoas. Território – o espaço geográfico determinado onde por meio deste será possível a existência de uma determinada atuação política. Governo – o próprio poder político que se manifesta no território já definido aqui. Este conjunto de elementos configura a constituição do pensamento de Estado.

Geralmente, existe a possibilidade de o Estado ser encarado do ponto de vista de três variações, sendo estas, sociológica, política e do ponto de vista constitucional.

À luz da interpretação sociológica, o Estado pode ser compreendido como a corporação do espaço territorial que emana do originário, (JELLINEK, 2000). Por meio deste, percebe-se

que a existência do estado faz jus, tão somente, pela existência do povo, ou seja, através do originário que é o próprio povo é possível a existência do Estado.

Do ponto de vista político, compreende-se pela organização de homens, no qual faz parte de um espaço geográfico com domínios das ações. Para a Constituição Federal de 1988, o Estado seria uma pessoa jurídica territorial soberana, percebendo-se nesse momento a existência de um ente jurídico para a formalização do conceito de Estado (RUFFIA, 2002).

Portanto, independentemente do ponto de vista sociológico, político ou constitucional, fato é que os elementos constitutivos do Estado são destacados e entendidos por Território, Povo e Governo, e vamos destrinchar cada um.

O território como elemento constitutivo do Estado é entendido pela parte física, na qual está submetido o Estado Poder. Para que haja uma melhor compreensão do que seja o poder na forma de Estado buscamos em Santos esta definição: “O poder torna-se relações de processos de uso do território, materializado ou virtualizado pelas formas de atuação dos atores sociais locais” (SANTOS, 2009, p.4).

Esse poder é justamente o Estado materializado, com suas ações, na regulação dos processos dos atores. Para a execução de todas as relações existentes, faz-se necessário um “espaço”, aqui definido por território, para que haja a execução dos processos, com os mais variados meios, pelos mais variados fins, onde o Estado possa exercer seu poder de soberania, ou seja, o elemento material, espacial ou físico compreende a superfície do solo que é o território.

No tocante ao elemento constitutivo povo, à luz do direito administrativo, é compreendido como a associação humana, no qual estes ficam submetidas à ordem jurídica do Estado.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, parágrafo único, é dito que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988)

Portanto, povo é sem dúvida, um dos elementos constitutivos do Estado de suma importância, e podemos reforçar que para que o mesmo exerça seu poder de soberania antes é preciso que haja os atores sociais (pessoas), e são esses atores que lhe darão a possibilidade de exercer seu poder no território.

Quanto ao jogo de conflitos desses atores, Milton Santos (2009, p.10) implica que:

A territorialização das ações que marca a presença no território “conduzida” por atores sociais é caracterizada pela diferenciação de interesses que forçaram posicionamentos diferentes, causando conflitos no território. Os

atores sociais possuem, a partir de seus interesses, posições que delimitam seus respectivos poderes no território, definindo e redefinindo suas territorialidades. A luta expressa por meio de conflitos reais e latentes entre atores sociais de interesses diversos redefinem um território mais ou menos sujeito às interferências, tanto internas como externas, de outros atores situados em escalas diferentes que tentam reorientar o local a partir de seus próprios interesses. Consequentemente, na imagem desejada de um território nem sempre se revela o planejamento pretendido pelo ator social ou por atores sociais, demonstrando a multiplicidade de interesses e as interferências que se caracterizam nos planos do território.

Dando seguimento ao posicionamento de Santos (2009), o Governo, que é outro elemento constitutivo do Estado, é entendido como sendo uma unidade de controle do território, que surge principalmente da necessidade do Estado em ter um núcleo de poder, podendo observar que este é uma estrutura criada para manter o próprio Estado.

Em outras palavras, redefiniríamos o governo como a ordem concebida pela parte soberana, com a organização necessária para a execução do pleno exercício do poder político com conjunto das atribuições necessárias para a manutenção da ordem jurídica e da própria administração pública, e que sem ele certamente nossa sociedade seria um caos.

Por fim, neste estudo, Estado, que é formado pela trindade dos elementos constitutivos, é entendido como a entidade política e social juridicamente organizada a fim de executar os objetivos da soberania nacional.

Outro fator relevante é justamente a importância de destacarmos aqui a necessidade de separação da percepção do senso comum que as pessoas naturalmente se detêm de que “Estado” e “Nação” são sinônimos, quando na verdade não o são.

A Nação é plenamente constituída por um conjunto de aspectos, dentre eles se destacam: A comunidade que se caracteriza por sentimentos comuns existindo vínculos entre os habitantes de determinado local, que decorrem das mais diferentes origens (étnicas, geográficas, religiosas e culturais), formam um conjunto de homogeneidade de pessoas que se consideram ligadas entre si por vínculos de sangue, idioma, religião, cultura, ideias, objetivos, diferentemente de Estado, que envolve a sociedade e o seu aspecto de organização jurídica de um conjunto de pessoas.

É importante ressaltar que a nação está ligada necessariamente ao conceito de povo, contudo contém um sentido político próprio. A nação é o povo que já obteve a consciência de si mesmo.

2.3 OS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Historicamente seria possível destacarmos a existência de três modelos administrativos, sendo eles, Patrimonialista, Burocrático e Gerencial.

A administração patrimonialista advém de um modelo de gestão por apadrinhamento, onde o interesse do indivíduo que exerce e detém o poder de Estado é executado de maneira pessoal, criando uma confusão entre patrimônio público e o patrimônio particular por parte do detentor do poder. Segundo Bresser Pereira (2006, p. 26):

A característica que definia o governo nas sociedades pré-capitalistas e pré-democráticas era a privatização do Estado, ou a interpermeabilidade dos patrimônios público e privado. Patrimonialismo significa a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados. A administração do Estado pré-capitalista era uma administração patrimonialista. ”

O período da monarquia representava o tipo de administração pública patrimonialista, pois era controlado todo o poder do Estado por meio da figura do Rei. Este tipo de modelo administrativo demonstra uma incompatibilidade radical com o capitalismo industrial e a democracia. A separação entre Estado e mercado, não no seu sentido regulador no que tange suas funções, mas, sim na perspectiva, onde possa haver a distinção entre o público e o privado foi mais que necessária. Deste modo, tornou-se mais que preciso a existência de um novo modelo administrativo.

Mediante a confusão estabelecida entre o que é público e o que é privado, somente com o advento da democracia e do capitalismo como afirmado acima, foi possível traçar uma distinção clara do que é público e o que é privado, bem como o estabelecimento do direito civil dos indivíduos contra oligarquias e tiranias que exercem o poder e o capitalismo por gerar uma necessidade de um sistema burocrático.

Democracia é o instrumento político que protege os direitos civis contra a tirania, que assegura os direitos sociais contra a exploração e que afirma os direitos públicos em oposição ao rent-seeking. Burocracia é a instituição administrativa que usa, como instrumento para combater o nepotismo e a corrupção – dois traços inerentes à administração patrimonialista –, os princípios de um serviço público profissional, e de um sistema administrativo impessoal, formal e racional. (PEREIRA, 2006, p.26).

A administração burocrática no Brasil foi implementada em reformulação aos princípios adotados do modelo administrativo patrimonialista, onde não havia a distinção entre o

patrimônio público e o privado. O novo modelo ou o tipo de administração pública burocrática surgiu com o advento do estado liberal, que quebra barreiras e protocolos do modelo anterior. Este modelo burocrático enfatiza aspectos formais, controlando processos de decisão, estabelecendo uma hierarquia funcional rígida. Nesse modelo, o princípio básico seria que a defesa de tudo que é público deve ser regida com a máxima observância da responsabilidade.

No modelo burocrático, que visa a impessoalidade do Estado por meio de processos, definida por Marx Weber, baseada no mérito profissional, não demonstrava o pressuposto da eficiência real. Com a decadência do Estado liberal do século XIX e o surgimento do estado social e econômico do século XX, percebeu-se que, na verdade, o modelo burocrático é lento e caro; pouco e nada recomendado para o atendimento do cidadão, “a nova administração pública não basta ser efetiva em evitar o nepotismo e a corrupção: ela tem de ser eficiente ao prover bens públicos e semi-públicos que cabem ao Estado diretamente produzir ou, indiretamente, financiar. (PEREIRA, 2006, p.27).

Outro fator importante é destacar que o conceito de burocracia adotada por esse modelo não é a mesma percepção secular que a sociedade atual tem da burocracia, que é o estar ligada à papelada, processos longos, atrasos etc. Na verdade, esse conceito de burocracia é uma percepção weberiana, que para Weber seria o meio que daria ordem legal, protocolos para que os processos se dessem de forma impessoal.

Pereira (2006, p.24), quando fala da não necessidade deste modelo, em virtude da transição do modelo liberal do Estado para o econômico e social, afirma: “Esse fato nada tinha de grave enquanto prevaleceu um Estado pequeno, cuja única função era garantir a propriedade e os contratos”. No estado liberal, só existiam apenas os quatro ministérios, sendo eles, Justiça, Defesa, Marinha e Exército.

Quando o Estado passa a assumir o papel do “Estado social e econômico”, no século XX, assumindo a responsabilidade da educação, saúde, cultura, previdência social, e uma infinidade de serviços sociais, como também agente regulador econômico do mercado, tornando o princípio da eficiência fundamental. O modelo burocrático passa a ser ineficaz, deste modo, permitindo a necessidade da existência da administração pública gerencial.

Isso se torna uma temática recorrente nos anos 1980, quando a partir da reestruturação produtiva os governos viram a necessidade de redimensionar o aparelho do Estado. Nesse cenário, o modelo burocrático passa a ser fortemente atacado pelos defensores de um modelo mais flexível, dinâmico e prático de administração pública.

É a partir dessas necessidades que a administração pública passa por profundas mudanças pactuadas por aquilo que se convencionou a chamar de administração gerencial, inspirada nos avanços da administração de empresas contemporânea.

Desse modo, o modelo gerencial de Administração Pública faz uma reformulação das principais características formulada pelo modelo burocrático, á saber: as estruturas rígidas, a hierarquia, a subordinação, o controle de procedimentos, passando a direcionar a atuação para o controle de resultados desejados. Visto que o papel do Estado é de suma importância para orquestrar a sociedade na qual vivemos.

Enquanto a administração pública burocrática se concentra no processo, em definir procedimentos para contratação de pessoal; para compra de bens e serviços; e em satisfazer as demandas dos cidadãos, a administração pública gerencial orienta-se para resultados. A burocracia concentra-se nos processos, sem considerar a alta ineficiência envolvida, porque acredita que este seja o modo mais seguro de evitar o nepotismo e a corrupção. Os controles são preventivos, vêm a priori. Entende, além disto, que punir os desvios é sempre difícil, se não impossível; prefere, pois, prevenir. A rigor, uma vez que sua ação não tem objetivos claros – definir indicadores de desempenho para as agências estatais é tarefa extremamente difícil – não tem alternativa senão controlar os procedimentos. (PEREIRA, 2006, p. 28).

Compreendida a real importância do Estado, é preciso haver a necessidade de maiores atenções voltadas para essas organizações por parte de nós, cidadãos. Em síntese histórica, Bresser Pereira faz um levantamento de modo geral como se deram de forma linear os modelos da Administração pública:

No século XVIII, historicamente, compreendeu-se a importância de proteger o indivíduo contra um Estado oligárquico e, no século XIX, a importância de proteger os pobres e os fracos contra os ricos e poderosos, mas a importância de proteger o patrimônio público só passou a ser dominante na segunda metade do século XX. Não por acaso, quase simultaneamente um cientista político social-democrata brasileiro [Martins, 1978] escreveu pela primeira vez sobre a “privatização do Estado”, e uma economista norte-americana conservadora [Krueger, 1974] definiu rent-seeking. Ambos se referiam ao mesmo problema: percebiam que era necessário proteger a *res publica* contra a ganância de indivíduos e grupos poderosos. Se no século XVIII foram definidos os direitos civis, e no século XIX os direitos sociais, passava agora a ser necessário definir um terceiro tipo de direitos, também básicos – os direitos públicos: os direitos de que gozam todos os cidadãos, de que é público o que de fato é público. Ou, em outras palavras, o direito de que a propriedade do Estado seja pública, isto é, de todos e para todos, não-apropriada por uns poucos. (PEREIRA, 2006, p.25)

É justamente com essas reformulações descritas no modelo gerencial, a fim de alcançar os resultados pretendidos, com o foco no bem-estar do cidadão que nasce o curso de Gestão Pública, que abordaremos nos próximos capítulos.

2.4 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO PÚBLICA

A administração pública em seu sentido amplo, refere-se a todo o sistema do governo, ao conjunto de ideias, atitudes, normas, processos e instituições (MATIAS, 2009).

Constituído pelo poder público (Estado) para alcançar o bem comum, a administração pública está, necessariamente, ligada à ação legal do Governo, à forma técnica-burocrática-formal de conduzir as suas atividades.

A Constituição Federal determina que o alicerce da administração pública deve estar pautado em dois fundamentos: organizacional (formal) e funcional (material), revalido sempre dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Enquanto isso, na gestão pública, esse termo remete a um processo mais moderno, que implica na ação de práticas novas no setor público, algumas dessas práticas resgatadas dos padrões da história, outras imigradas do setor privado, também revalidas dos princípios da Constituição Federal.

Para Lima (2006), “gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito”, e isso é um fator marcante característico do modelo gerencial, que por sinal é onde justamente começa a ganhar força a ciência do campo da Gestão Pública.

O desafio de gerir o Estado com excelência é um fato marcante da natureza do modelo gerencial, pois criar métodos que quebrem a cultura burocrática, que por sinal é algo marcante na Administração pública, e transformá-la em um controle de gestão de qualidade que formalize sua contribuição à publicidade e demande um controle de monitoramento de avaliação, isto é um desafio!

Poderíamos dizer então que a Gestão Pública surge com um novo olhar que está necessariamente com o foco nos resultados da administração pública.

Entendido o que é Gestão Pública, e seus respectivos impactos, é fundamental também a compressão da necessidade da atuação de um profissional de Gestão Pública no mercado, diferentemente de um simples agente público, que apenas exerce as “atividades”, sem uma percepção mais macro de uma logística do sistema. Visto no cenário em que vivemos, onde a Administração Pública é conduzida por pessoas, exige-se uma postura, não só profissional, mas de competência, ética e responsabilidade por parte daqueles que gerem a máquina pública,

afinal estes que conduzem as organizações públicas devem absorver que estão para servir as demandas da sociedade, não confundindo o público com o privado. Entendido, a Gestão Pública deve ser dirigida por pessoas comprometidas com a boa utilização dos recursos da máquina pública de forma sustentável, eficaz e satisfatória, organizando, planejando, controlando e direcionando todos os recursos do Estado, a fim de torná-los em bens e serviços de qualidade para o cidadão.

3. FORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

A formação acadêmica é de suma importância para a sociedade, e um fator crucial e determinante para o mercado de trabalho. Desse modo, este capítulo visa resgatar a relevância do curso de Gestão Pública para o processo de formação histórica do desenvolvimento do país.

3.1 CURSOS EM GESTÃO PÚBLICA: UMA NECESSIDADE PARA SOCIEDADE E ESTADO?

A ênfase em Gestão Pública se torna mais explícita a partir da década de 1980, quando o padrão de intervenção estatal mudou significativamente em muitos países. Consequentemente, suas diretrizes de gestão também foram reformuladas. Após a crise do petróleo, em 1973, alguns pilares da ordem política mundial começaram a ruir, com destaque para a economia keynesiana, o Welfare State e a administração pública burocrática. Esses três aspectos passaram a exigir um Estado menos paternalista e mais regulador. No entanto, o que se viu foi um esforço muito acentuado de liberalizar determinadas funções do Estado, provocando uma crise estrutural em torno dos direitos sociais, tornando os países reféns da macro política econômica neoliberal e o Estado mínimo passa a ser apregoado como alternativa viável para enxugar as distorções do Welfare State (PESSOA, 2011).

No Brasil, essas mudanças se deram de forma mais complexa, sendo mais recorrente perceber os novos contornos desse encaminhamento macro, a partir da década de 1990 em meio a profundos acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais no país que redefiniram a projeção de um Estado ampliado de direito como prescreve a Constituição Federal de 1988, para um Estado mínimo. (PESSOA, 2011)

A Constituição Federal de 1988, no âmbito da Gestão Pública, avança também no que se refere aos seus princípios constitucionais, que depois serviram de base para construção das

reformas governamentais, da criação de leis e programas voltados para a Gestão Pública a ser perseguidos pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência.

O princípio da legalidade rege que toda atividade administrativa depende de autorização prévia da área legislativa, implicando afirmar que ao administrador só é válido realizar o que a lei permite.

O princípio da impessoalidade se estende diretamente à garantia de que todos são iguais perante a lei e merecem igualdade de tratamento, de modo geral, e, em especial, aqueles que se encontrem, do ponto de vista jurídico, em igual situação. A impessoalidade visa atingir o interesse público em detrimento do interesse privado, sem conceder tratamento privilegiado a particulares.

O princípio da moralidade considera a indispensabilidade da obediência aos preceitos éticos aplicáveis à administração pública, exigindo do gestor a correta distinção entre o que é honesto e o que é desonesto. Entre seus fins primordiais, visa estabelecer e preservar padrões de comportamento que proporcionem prestação de serviço público consonante com a probidade administrativa.

No que se refere ao princípio da publicidade, considera-se que todos os atos da Gestão Pública tenham a mais ampla divulgação, para gerar conhecimentos à sociedade por meio da informação transparente sobre as atividades, custos, resultados, dentre outros aspectos da gestão.

A ideia de eficiência como um princípio se destaca como conduta do agente público a ser incorporada quanto ao modo adotado no desempenho da atividade administrativa e representa a busca do Estado pela qualidade do serviço prestado com menos custos à sociedade.

Esses são interdependentes entre si e geram um entendimento inequívoco do papel da Gestão Pública para o país, devido as suas contribuições na adoção de medidas governamentais ativas, éticas e comprometidas por parte de cada agente público em prol do bem comum.

O arcabouço legislativo promovido pela Constituição Federal também ajudou a implantação de reformas administrativas que vieram a regularizar a Gestão Pública. No cenário contemporâneo de democratização do país, os últimos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio da Silva e no governo ainda vigente de Dilma Rousseff, apesar dos esforços realizados, expressam relações de antagonismos, pois de um lado, criaram proposições de regulamentação da Gestão Pública de caráter mais gerencial para o aparelho do Estado, e de outro lado, foram e ainda estão mergulhados em processos inconclusos de efetivação de direitos de cidadania para a sociedade, diante de gestões que, na prática, pouco se efetivaram por meio

dos seus princípios constitucionais, restando muitos obstáculos na tarefa de gerir o serviço público legalizador, moralizador, impessoal, transparente e eficiente.

Todavia, os esforços estão documentados na história do país. Dentre esses esforços, o movimento mais relevante do contexto das reformas administrativas postas pelo Estado nos últimos 25 anos, se deu ainda em meados de 1990, quando foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado, liderado inicialmente por Bresser-Pereira, tendo como projeto a implantação de uma reforma gerencial no Estado em 1997.

Depois foi criado, já no governo de Luiz Inácio da Silva, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização-GesPública, em 23 de fevereiro de 2005, por meio da publicação do Decreto nº 5.378, resultado da fusão do Programa da Qualidade no Serviço Público e do Programa Nacional de Desburocratização. Sua finalidade é contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do país mediante a melhoria contínua da Gestão Pública brasileira.

O GesPública tem como proposta a implantação em todas as organizações públicas, o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP, o qual está organizado como um sistema gerencial constituído de oito critérios e sustentado pelos Princípios Constitucionais e pelos Fundamentos da Excelência Gerencial na busca de práticas em gestão com padrões elevados de desempenho e de excelência, segundo reza o Programa.

A partir do GesPública foram sendo criadas várias iniciativas no governo de Dilma Rousseff, tais como o Prêmio Nacional da Gestão Pública-PQGF (2009); a Carta de Serviços ao Cidadão, criada pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, que é organizada por quatro princípios: Participação e Comprometimento de todas as pessoas que integram a organização; Informação e Transparência; Aprendizagem; e Participação do Cidadão. Entretanto, vive-se no cenário brasileiro até o presente momento (2015) uma situação indefinida entre a possibilidade de construir um Estado ampliado e por outro lado, ter ainda práticas governamentais antagônicas a ele, principalmente ferindo o campo da ética e dos princípios anteriormente expostos.

Entretanto, a discussão sobre a Gestão Pública continua no governo vigente de Dilma Rousseff, tendo posto em foco a busca pela excelência na gestão. Uma série de documentos têm sido preparados para este fim, dentre eles se destacando o Modelo de Excelência na Gestão Pública (2014) realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esse documento apresenta os fundamentos e as dimensões da Gestão Pública contemporânea na tentativa de implantar e mudar as estruturas organizacionais das instituições e dos serviços públicos.

Ele se baseia no pensamento sistêmico, entendendo que existem relações que são interdependentes entre os diversos componentes de uma organização, tanto nos seus aspectos internos e externos.

Outro fundamento é o aprendizado organizacional, que se baseia na busca contínua para o alcance de novos patamares de conhecimentos individuais e coletivos, por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de informações e experiências que se desenvolvem nas organizações governamentais.

Outro aspecto fundamental é a ideia da cultura da inovação e promoção para que os ambientes organizacionais favoreçam a criatividade, a experimentação e a implementação de novas ideias que possam gerar mecanismos diferenciadores nas organizações.

A criação de lideranças é outro fundamento para que as ações governamentais tenham constância nos seus propósitos, orientando para o estímulo e comprometimento das pessoas de forma aberta, democrática, inspiradora e motivadora, na busca do desenvolvimento dessa cultura da excelência.

Tendo também como fundamento a orientação por processos e informações, com o intuito de gerir por meio da compreensão, agregando valor para o conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que vão transformar os insumos (entradas) em produtos/serviços (saídas) com alto valor agregado.

Ainda tendo o fundamento baseado numa visão de futuro diretamente relacionada com a capacidade de estabelecer uma projeção futurista desejada, que garanta coerência ao processo decisório e que por sua vez permita às organizações governamentais anteciparem-se às necessidades e expectativas dos cidadãos e da sociedade.

Outro fundamento diz respeito à geração de valor buscando o alcance de resultados consistentes, promovendo o aumento de valores tangíveis e intangíveis de forma a atender todas as partes interessadas na criação de uma melhor qualidade e desenvolvimento da organização.

Ainda se fundamenta na ideia do comprometimento com as pessoas, no sentido de criar condições de melhoria da qualidade nas relações de trabalho, para que as organizações governamentais sejam mais dinâmicas do ponto de vista da realização dos profissionais, maximizando os desempenhos por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, e da visão empreendedora com incentivos e reconhecimento profissional.

Outro aspecto fundamental é a centralidade no cidadão e na sociedade por parte das organizações. Elas devem ser geridas com ações para atender, regular continuamente as necessidades dos cidadãos e da sociedade, sendo as pessoas vistas e recebidas como sujeitos de

direitos, beneficiários dos serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado exercido pelos órgãos e entidades públicos.

Tem-se ainda como fundamento o desenvolvimento de parcerias, compreendendo que as organizações, apesar de terem suas especificidades podem atuar conjuntamente por meio de objetivos comuns, gerando uma sinergia maior e efetividade de atividades junto aos clientes, fornecedores, organizações de cunho social ou mesmo com competidores e são baseadas em benefícios mútuos claramente identificados para todas as organizações que fazem parte das parcerias.

E por último, o fundamento da gestão participativa, a qual pressupõe desenvolver um estilo de gestão determinado por uma atitude de cooperação entre as pessoas, reconhecendo a capacidade e o potencial diferenciado de cada um e harmonizando os interesses individuais e coletivos, bem como os processos de trabalho dos quais todos devem participar na tomada das decisões.

A partir desse contexto, compreende-se que os profissionais em Gestão Pública têm um papel a cumprir na sociedade e eles devem ser capazes de maneira legal e qualificada a traçar e executar as estratégias de gestão nos mais diversos campos das organizações públicas, como, por exemplo, coordenando os programas e projetos; liderando as equipes e provendo a execução de mudanças no cenário estratégico, e é claro, não deixando de ter um olhar voltado para o desenvolvimento sustentável das determinadas políticas, operando tais ações dentro dos padrões que são compreendidos da legalidade do setor público, como executando seus contratos por meios de certames licitatórios etc. A formação em Gestão Pública é relativamente recente, tendo em vista que antes era possível encontrar cursos em Administração Pública, ou simplesmente, a discussão desta área aparecia como disciplina no Curso de Administração, e a formação específica em Administração Pública era desenvolvida em poucas instituições de ensino superior, principalmente no eixo do sudeste do país. A principal referência na área é a Fundação Getúlio Vargas, pioneira na formação da Administração Pública.

Desse modo, os cursos de Gestão Pública são decorrentes das últimas reformas que aconteceram na política mais geral do Estado e da educação superior, com a criação de cursos de graduação e pós-graduação, principalmente em nível de especializações.

Para tentar criar uma organização dos cursos de Gestão Pública, a Agenda Nacional de Gestão Pública propôs em 2009 construir e fortalecer carreiras de Estado, estruturando a ideia de uma burocracia profissional de mérito. Um dos objetivos é a criação de parâmetros mínimos de profissionalização da Gestão Pública nos níveis federal, estadual e municipal com a institucionalização de concursos e valorização de carreiras típicas para facilitar a execução de

políticas intergovernamentais e reduzir a assimetria entre a burocracia federal e as demais instâncias. Nesse sentido, essa “ação geraria uma substituição de grande parte dos cargos discricionários por cargos de carreira e o fortalecimento das carreiras de generalistas multifuncionais são exemplos de duas ações que podem iniciar este processo”. (AUDI, 2002, p.09)

A ênfase do ensino desta área se difundiu mais amplamente nos cursos a distância, com intuito de modernizar a máquina do Estado mais rapidamente. Todavia, se percebe que as IES públicas da federação brasileira apresentam um quantitativo pequeno de cursos de Gestão Pública, mesmo carecendo de profissionais formados nesta área. Pode-se verificar que o setor privado investiu muito mais na implantação desses cursos, principalmente na modalidade de ensino a distância, com 67,7% de unidades de EAD, como também na modalidade presencial com 26% no país do que o setor público, de acordo com os dados por região na Tabela nº02, logo abaixo. Vale ressaltar que esta tabela contempla apenas os cursos de gestão pública do Brasil.

Tabela.02- Quantidade de Cursos de Gestão Pública

Brasil	N. IES com Curso de Gestão Pública- Público		N.IES com Curso de Gestão Pública- Privado		Total N.IES com Curso de Gestão Pública (setores Privado e Público)
Regiões	EAD	Presencial	EAD	Presencial	
Região Norte	00	04	55	11	70
Região Nordeste	00	08	81	18	107
Região Centro-Oeste	00	00	27	05	32
Região Sudeste	01	02	60	45	108
Região Sul	04	04	29	18	55
Total	05	18	252	97	372
%	1,3	4,8	67,7	26,0	100,0

Fonte: INEP, 2015.

Outro fator considerável, quando verificado a situação das regiões é que não há nenhum curso de Gestão Pública sendo ofertado por parte do ensino público na região Centro-Oeste.

Os cursos apresentado acima têm tempo de formação estimado de três anos e via de regra eles proporcionam conhecimentos em determinadas áreas científicas, tais como: direito (constitucional, administrativo, ambiental, etc..), ciência econômica (introdução à economia, economia no setor público), gestão de projetos e planejamento estratégico, como também procuram destacar as cadeiras que estão necessariamente conectadas ao setor público, como por exemplo: processos licitatórios e gestão de contratos, bases de administração pública, ética nas organizações públicas, entre outros.

O principal objetivo dos cursos tecnológicos é a preparação para o mercado de trabalho. No entanto, o Curso Tecnológico em Gestão Pública precisa ainda de maior divulgação e reconhecimento público para expandir-se no mercado de trabalho. Praticamente, os profissionais desta área ficam restritos à área governamental. No entanto, o curso oferece uma formação genérica que pode ser aproveitada em atividades de organizações não-governamentais junto aos programas e projetos sociais, e nas empresas que atuam com projetos de responsabilidade social, bem como, com assessorias e consultorias, de forma autônoma ou em equipes multidisciplinares.

A base salarial inicial do tecnólogo em Gestão Pública varia aproximadamente entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00. Vale ressaltar que isto dependerá da região onde exercerá a profissão e a relação entre a oferta e a demanda de trabalho nesta área. Outro ponto interessante que difere a margem salarial é se a formação é de tecnólogo ou bacharel.

Os cursos de Gestão Pública procuram desenvolver competências e habilidades na área de planejamento, coordenação, organização, avaliação e controle de recursos materiais e humanos.

3.2. O CURSO TECNOLÓGICO EM GESTÃO PÚBLICA-UFPB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição pública federal de ensino superior, pesquisa e extensão. Foi criada pela Lei Estadual Nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, com o nome de Universidade da Paraíba, como resultado da junção de algumas escolas de ensino superior, transformou-se em Universidade. No entanto, somente após cinco anos de sua constituição foi federalizada por intermédio da Lei Nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a se denominar pelo atual nome.

A UFPB passou a ter estrutura universitária com atuação na cidade de João Pessoa e Campina Grande. A partir de sua federalização, a mesma expandiu-se através de uma estrutura chamada “multicampi”, com atuação em outras cidades, a exemplo de Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, no Estado da Paraíba.

Figura 01- Foto da Universidade Federal da paraíba



Fonte: www.ufpb.br

Em 2002, houve um desmembramento de quatro de seus *campi*, por meio da Lei Nº 10.419, de 9 de abril de 2002, passando a UFPB a possuir os de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras, e os demais (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa) passaram a ser incorporados pela recém denominada Universidade de Campina Grande, (UFCG).

No ano de 2014, a UFPB passou a organizar-se do seguinte modo: O *Campus I*, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Biotecnologia (CBiotec); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) e o Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEAR); o *Campus II*, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias (CCA); o *Campus III*, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA); o *Campus IV*, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) e o *Campus V*, na Zona Sul do Município de João Pessoa, com o Centro de Informática (CI) e o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR).

O Curso Tecnológico em Gestão Pública foi criado em 2009, vinculado ao CTDR. Mas em 2014, ele foi transferido para o CCSA e desde então vem desenvolvendo-se no Campus I da UFPB.

O mesmo é voltado para a formação de um profissional qualificado para administrar organizações do setor público, nas esferas federal, estadual ou municipal (UFPB, 2009). Tem uma duração de no mínimo 03 (três) anos e no máximo 04 (quatro) anos. São ofertadas 100 (cem) vagas durante o ano, sendo metade para o turno vespertino e mais 50 para o noturno. A cada semestre é criada uma turma nova em turnos diferentes. Confere-se o título de Tecnólogo

em Gestão Pública aos indivíduos que cumprirem todas as cadeiras do curso e submeterem-se ao estágio obrigatório e apresentar o trabalho de conclusão de curso.

O curso apresenta um Projeto Pedagógico-Curricular-PPC (2009) que tem por objetivo:

Formar profissionais com amplo conhecimento em Gestão Pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, gerindo com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade.

(UFPB, 2009, p19)

As competências e habilidades são voltadas para

A formulação, implementação e gerenciamento de políticas públicas e de processos de gestão para prover um serviço de qualidade, garantir a efetividade das instituições públicas e contribuir para atender as necessidades da sociedade. (UFPB, 2009, p19.)

Com apenas seis anos de existência, o referido curso da UFPB tem ganhado força e destaque, tanto na universidade quanto na sociedade ao apresentar-se como meio oportuno de garantir uma formação multidisciplinar voltada para as necessidades da Gestão Pública brasileira.

A sua estrutura curricular é composta pelas seguintes cadeiras:

Quadro 1 - Relação das Disciplinas Ofertadas por Período.

1º Período	CR	2º Período	CR	3º Período	CR
Matemática Aplicada à Gestão Pública	04	Base da Administração Pública	04	Contabilidade Pública	04
Informática Aplicada à Gestão Pública	04	Ética na Administração Pública	02	Introdução aos Estudos do Direito	04
Metodologia do Trabalho Científico	02	Ciência Política	02	Processos Organizacionais	04
Fundamentos das ciências sociais	02	Introdução aos estudos do direito	04	Administração de Recursos Humanos	04
Fundamentos da economia	04	Estatística Aplicada a Gestão pública	04	Tópicos Especiais em Gestão pública I	02
Teoria das organizações	01	Fundamentos da contabilidade	04	Optativa I I	02
				Optativa II	02
Créditos	20	Créditos	20	Créditos	22

4º Período	CR	5º Período	CR	6º Período	CR
Finanças Públicas	04	Pesquisa Aplicada	04	Política de desenvolvimento Local	04
Gestão Municipal	02	Política Pública	04	Auditoria Pública	04
Poder e Desenvolvimento Local	02	Elaboração e Gestão de projetos	04	Sistema de Informação e Decisão do Governo	04
Economia no Setor Público	04	Licitação e Gestão de projetos	04	Planejamento Estratégico no Setor Público	04
Direito Administrativo	04	Orçamento Público	04	Gestão de serviços públicos	04
Administração de Rec. Materiais e patrimoniais	04	Tópicos Especiais III	04	Estagio supervisionado	08
Tópicos Especiais II	02			Trabalho de Conclusão de Curso	04
Créditos	22	Créditos	24	Créditos	32

Fonte: UFPB, 2015

O curso tem a integralização curricular composta por duas mil e cem horas aulas (2.100 hs), e um total de cento e quarenta créditos (140).

A partir desses dados mais gerais do curso de tecnologia em Gestão Pública da UFPB procuramos analisar alguns dados sobre o percurso do egresso com vistas a melhorar os procedimentos curriculares e pedagógicos, bem como sistematizar dados sobre as atividades profissionais que estão sendo perseguidas pelos concluintes.

4. PERFIL DOS EGRESSOS E CONCLUINTES DE CURSO TECNOLÓGICO EM GESTÃO PÚBLICA DA UFPB

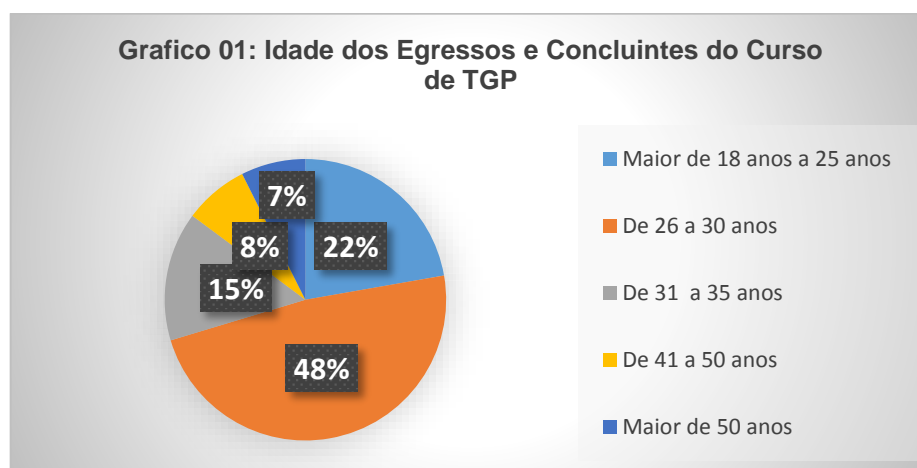
O capítulo dá analisar os dados referentes ao primeiro objetivo específico desta monografia, o de descrever o perfil dos egressos e concluintes do curso de Gestão Pública da UFPB a partir de questões socioeconômicas. Para essa análise, trataremos de alguns dados, dentre eles: sexo, idade, renda, formação, educação, dentre outros.

Ressaltando que cada vez mais os cursos tecnológicos aumentam sua participação na educação brasileira. Eles são responsáveis por 13,6% das matrículas na educação superior. Entre 2003 e 2013, a matrícula saltou de 115 mil para quase um milhão, o que representa

crescimento médio anual de 24,1%. Na rede federal, houve expansão de 171% nas matrículas. (MEC; 2015). Isso só comprova a necessidade de conhecer mais amplamente os alunos destes cursos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ALUNOS/PARTICIPANTES DA PESQUISA

Em relação à idade dos participantes da pesquisa, identificou-se que 48% estão entre 26 a 30 anos de idade, conforme se vê no Gráfico 1:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Esse dado nos revela o perfil que compreende ser a da maioria dos participantes da pesquisa, adultos jovens, que pode já ter tido experiência no campo de trabalho. São alunos que no geral não saíram recentemente do ensino médio, indicando que se trata de um público que já pode ter desenvolvido algum conhecimento sobre a área de Gestão Pública, possibilitando ser um grupo que se origina de uma escolha que busca aprofundamento sobre a temática.

Também pode ser comparado esse dado com a entrada de alunos que, no Brasil, no âmbito geral, iniciam os seus estudos na educação superior um pouco mais tarde, do que o público preferencial de 18 a 24 anos como esperado pela política de acesso ao ensino superior. Essa entrada mais tardia se explica por alguns motivos, mas sobretudo, pela inserção mais cedo no mercado de trabalho, pela falta de vagas na educação superior pública para a grande demanda ou ainda por ter concluído os estudos do ensino médio mais tardiamente, retardando o ingresso na educação superior.

De acordo com os dados de evolução das Taxas de Escolarização da Educação Superior Brasil – 2003/2012, a taxa bruta atingiu 28,7% da população brasileira, e deste percentual cerca de 18,8% estão na faixa etária dos 18 a 24 anos de idade na taxa líquida ajustada e 15,1%

atingiram o patamar de acesso e/ou conclusão do ensino superior na idade adequada, segundo o MEC (RELATÓRIO DO CENSO DE 2013, p.03). Ou seja, não corresponde ao esperado pela política governamental de atingir preferencialmente este público com no mínimo 30%, de acordo com as perspectivas de massificar o ensino superior. Todavia, a evolução se apresenta como positiva, tendo em vista que no ano de 2003, esses números eram bem menores, como se vê na tabela abaixo:

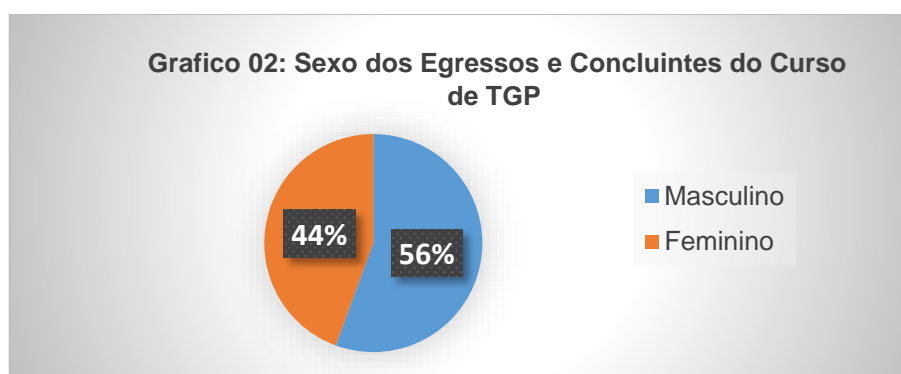
Tabela 03- Evolução das Taxas de Escolarização da Educação Superior Brasil - 2003/2012

Anos	Taxa bruta	Taxa líquida ajustada	Taxa líquida
2003	16,6%	11,2%	9,8%
2012	28,7%	18,8%	15,1%
Taxa de Evolução	72,8%	67,8%	54,0%

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado própria. Nota: Taxa Líquida Ajustada: Percentual da população de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram a educação superior.

O sucesso destes dados representa o esforço dos programas governamentais de ações afirmativas (Cotas, ProUni), financiamento público (FIES) e reestruturação das IES públicas (REUNI). Todavia, esses números foram alcançados com maior participação das IES privadas que ainda assumem a maior fatia dos números da educação superior brasileira.

No tocante ao gênero, como podemos observar no Gráfico 2, é perceptível que existe uma diferença de 12% entre os sexos em relação aos dados apresentados abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Com um percentual de 44%, é possível perceber a participação ativa das mulheres no curso de Gestão Pública, ou seja, um fator positivo de extrema relevância, tendo em vista o fortalecimento da desconstrução de um cenário predominantemente masculino que ainda vivemos na atual sociedade. Revela, entretanto, que cada vez mais as mulheres ocupam na sociedade áreas profissionais em que os homens anteriormente detinham maior espaço. No caso

do curso em Gestão Pública, é importante que as mulheres participem cada vez mais das questões políticas e econômicas do país, apesar de ainda não acompanhar o mesmo ritmo dos dados mais gerais em relação aos dados de Ingressantes, Matrículas e Concluintes na Educação Superior por Gênero – Brasil – 2013, quando neste caso, a participação das mulheres foi mais atuante nos cursos de graduação de forma geral do que os homens, como se vê na Tabela 04:

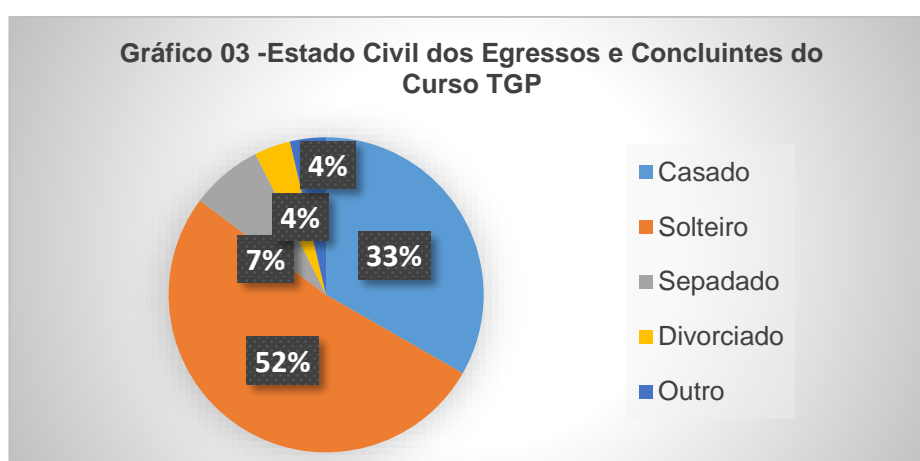
Tabela 04 - Resultados do Censo da Educação Superior 2013

Dados	Mulheres	Homens	Diferença em %
Ingressantes	54,7%	45,3%	9,4 %
Matrículas	55,3%	44,5%	10,8 %
Concluintes	59,3%	40,8%	18,5 %

Fonte: Dados do Censo de 2013/MEC-Educação Superior (Graduação)

Nada mais justo, nesse sentido, que as mulheres na atualidade passem a ocupar cada vez mais espaços na área educacional, dentre outras áreas. Considerando que no Brasil as mulheres tiveram por muito tempo os seus direitos negados, mas o avanço educacional e cultural da sociedade está cada vez mais reconhecendo os seus direitos de inserção em todo tipo de organizações, como também, a possibilidade de expressarem o quanto podem ser tão eficientes e eficazes no trabalho, quanto os homens.

Conforme se vê no Gráfico 03 abaixo, 52% dos participantes da pesquisa encontram-se solteiros:

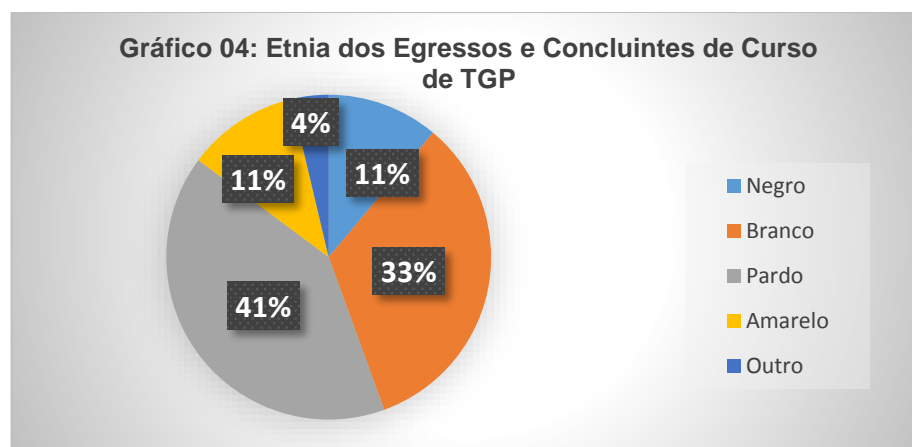


Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Esse aspecto também se apresenta aparentemente de forma positiva, pois a condição de ser solteiros colabora para terem mais disponibilidade para realização dos estudos e outras atividades acadêmicas. Geralmente, as pessoas casadas têm menos tempo disponível para se

dedicarem à Academia, por estarem envolvidos em outras responsabilidades, no entanto isso é apenas sugestivo, pois muitas vezes o fato de terem já família é o combustível para maior dedicação ao curso.

No que se refere aos dados étnicos, foram identificados que apenas 11% de participantes são negros como observado no Gráfico 04 abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

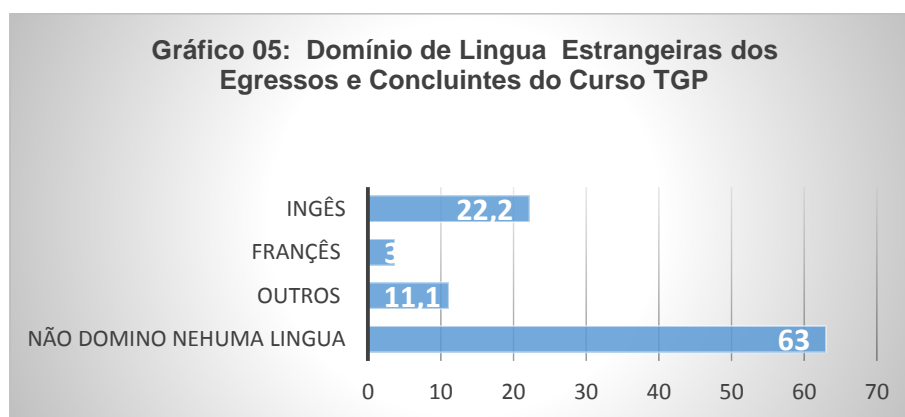
Esse dado nos indica que a discussão das ações afirmativas que envolvem a educação superior ainda é bastante tímida quanto à participação desse grupo étnico nas Universidades. Mas vem aumentando gradualmente a participação nas IES públicas, os egressos do ensino médio público, principalmente aquele de baixa renda. Isso se deve, ao advento da Lei das Cotas de Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que determina que todos os estabelecimentos públicos de ensino devem deixar reservado 50% de suas vagas para os estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*, considerando também nesta reserva, ser egressos do ensino público, e considerando também atingir negros, pardos e indígenas. Essa medida visa modificar o quadro de exclusão social que atinge os mais pobres, principalmente os pretos e pardos que por fatores históricos e culturais ficaram à margem do processo de escolarização formal do país.

Essa Lei é fruto de movimentos sociais que desde os anos 1980 lutam pela igualdade social, sejam eles de gêneros, etnia, redução da miséria, etc. Essas lutam se traduziram na efetivação da Lei nº 12.288/2010 e o seu Art. 1º que diz:

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

No referido curso, a situação dos egressos não é diferente, são poucas pessoas da raça negra que participam. Ou seja, as cotas para os negros ainda não atingiram um percentual relevante no curso de Gestão Pública da UFPB.

No que se refere ao domínio de outras línguas, percebeu-se que 63% dos entrevistados não dominam outro idioma, como se vê no Gráfico 5:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Esse resultado demonstra a fragilidade no que diz respeito à importância de domínio em outras línguas para o processo de qualificação acadêmica e profissional. Por outro lado, esse dado também indica que as universidades devem abrir mais espaços pedagógicos para que os alunos possam ter uma formação mais completa quanto à complementação da formação com a oferta de cursos de idiomas durante o percurso desta. Há cursos gratuitos de línguas estrangeiras na UFPB, mas eles são deficitários quanto ao acesso, são poucas vagas ofertadas.

Mas com o currículo flexível, os alunos também podem cursar disciplinas no Curso de Letras. Atualmente, a política governamental desenvolveu o Programa Sem Fronteiras em 2011 que prevê a oportunidade de alunos desenvolverem projetos e disciplinas em outros países. E para ter acesso a esse programa, existe também o Inglês sem Fronteiras que dá certificado internacional em inglês e oferta gratuitamente curso de inglês online para os interessados.

As iniciativas de estímulo a prática de idiomas precisam ser mais divulgadas e estimuladas para que os alunos participem, pois, o mercado de trabalho se torna cada vez mais competitivo.

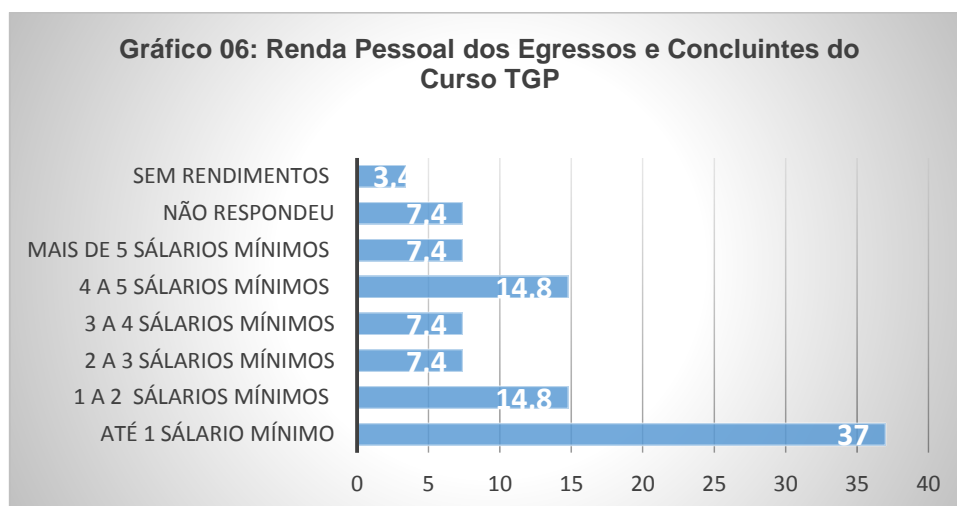
No curso de Gestão Pública é fundamental que os alunos tenham aquisição de novos conhecimentos na área de Gestão Pública, quando introduzidos conhecimentos e experiências desenvolvidas em outros países.

Na Europa, o aluno de graduação deve dominar o inglês como segunda língua com fluência na leitura, escrita e fala – ele já desenvolve essas capacidades no ensino básico. Mas

mesmo assim, os cursos superiores direcionam aos alunos que apresentam dificuldades o acesso a curso de vários idiomas, principalmente para que os alunos possam também realizar os intercâmbios acadêmicos, como preconiza o Pacto de Bolonha.

O domínio em outras línguas é algo mais do que essencial, é um fator determinante que influencia tanto na aquisição de trabalho, como também, é uma exigência para que o indivíduo possa fazer uma especialização, mestrado, doutorado ou até mesmo estágios ou coisa do tipo. Desse modo, cabe também aos indivíduos procurarem inserção nesta área para ter uma profissionalização mais completa.

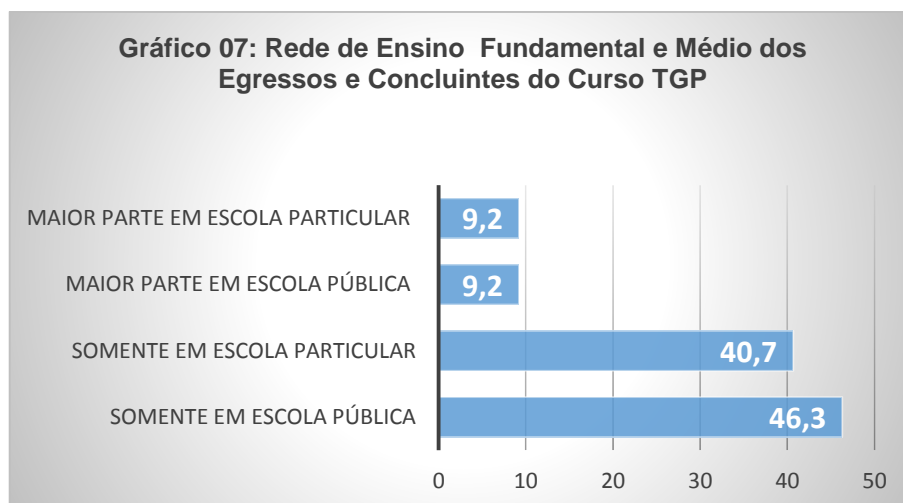
Quanto aos aspectos econômicos dos participantes da pesquisa, constatou-se que a sua renda pessoal foi em sua grande maioria de até um salário mínimo, conforme se verifica no gráfico 6.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Apesar de existirem pessoas que ganham salário igual ou maior que o salário mínimo, este dado nos revela que a maioria dos alunos, apesar de ter havido omissão de resposta por parte de 7,4% dos entrevistados, possui algum tipo de renda.

Em relação ao processo de formação básica (ensino fundamental) dos egressos e concluintes do referido curso, 46,3% se deu na escola privada e 40,7% estudaram somente em escola pública, conforme se vê no Gráfico 07:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Diante desses dados, é relevante observar que a participação de egressos/concluintes que vieram do ensino público é um número considerável. Isso coloca a discussão de que a escola pública por mais problemas enfrentados praticamente atinge uma quantidade expressiva da população.

Mas, nesse caso, o percentual maior foi no âmbito do ensino privado. Pode-se dizer que as famílias procuram cada vez mais tirar os seus filhos da escola pública no âmbito fundamental e as colocam no setor privado na tentativa de que a base geral de formação educacional seja menos ruim do que aquilo que se desenvolve no setor público. Isso é um fato cada vez mais visível, devido à crise da qualidade e à precarização do ensino público.

Até que houve mais recentemente, na história da educação, um acesso maior ao ensino fundamental por parte da sociedade brasileira, mas não deixa dúvida de que a má qualidade é expressivamente denunciada nos meios comunicativos, nas pesquisas governamentais e em outros estudos. É na verdade um dos grandes gargalos que as políticas educacionais enfrentam.

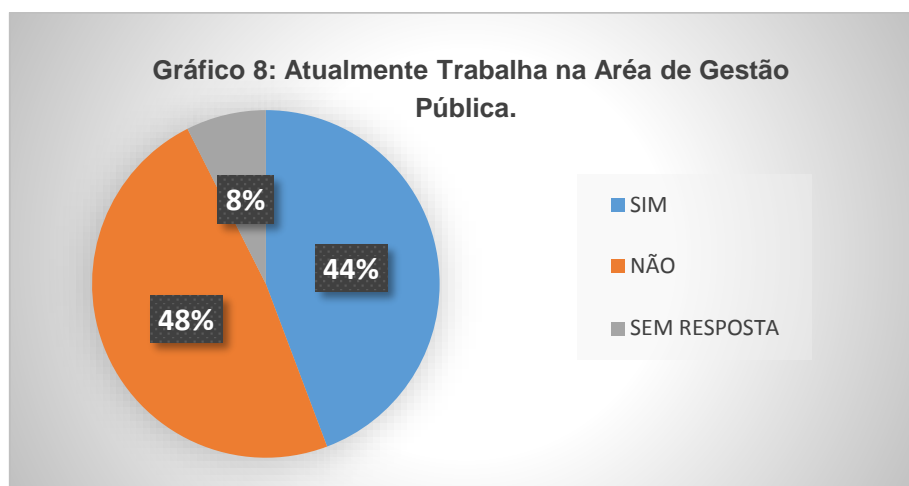
No tocante à conclusão de ensino médio dos participantes da pesquisa (Gráfico 08), a situação muda bastante, pois 51,9% estudaram na escola pública e apenas 33,3% fizeram o ensino médio no setor privado.

Esses dados são até esperados nos últimos anos, quando passou a ter mais incentivos para concluir o ensino médio no âmbito público, como Lei de Cotas, ProUni, FIES e ENEM que dão acessibilidade ao ensino superior. Outro fator se refere aos custos de manutenção do aluno no ensino médio no setor privado já são mais elevados para as famílias. Devido a esses fatores, dentre outros, muitos dos egressos do ensino fundamental privado vão realizar o ensino médio no setor público.

Por outro lado, os alunos que vieram do ensino fundamental e do ensino médio realizados no setor público apresentam mais dificuldades quando chegam ao âmbito superior, pois as limitações na interpretação e escrita de textos, nos conhecimentos básicos de física, química e matemática terminam evidenciadas no processo pedagógico. As IES recebem um alunado com muitas lacunas da educação básica que prejudicam seu desenvolvimento no ensino superior.

4.2 A SITUAÇÃO DO EGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

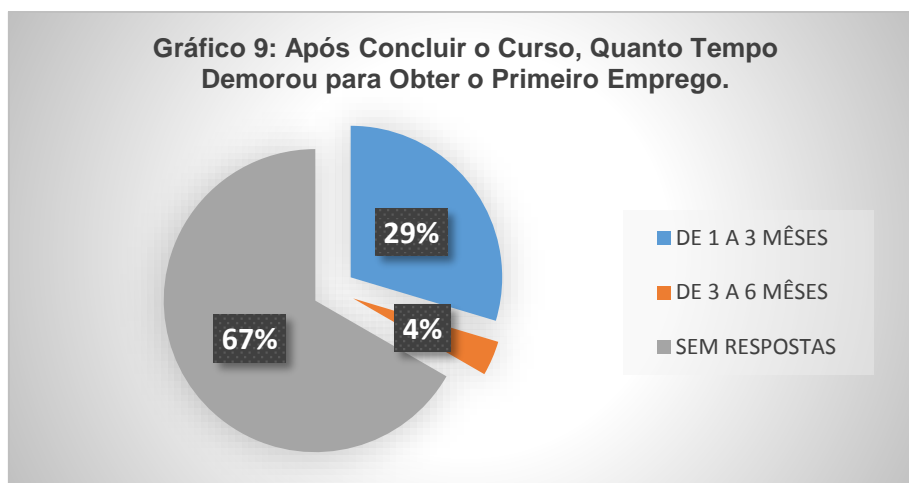
Observa-se no referido gráfico que dentre os egressos/concluientes participantes da pesquisa identificou-se que 48% deles não trabalham na área de Gestão Pública.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Apesar de a maioria não trabalharem na área de Gestão Pública, percebe-se que há um grupo considerável que trabalha na área, esse ingresso deu-se antes de sua conclusão do curso conforme veremos no próximo gráfico.

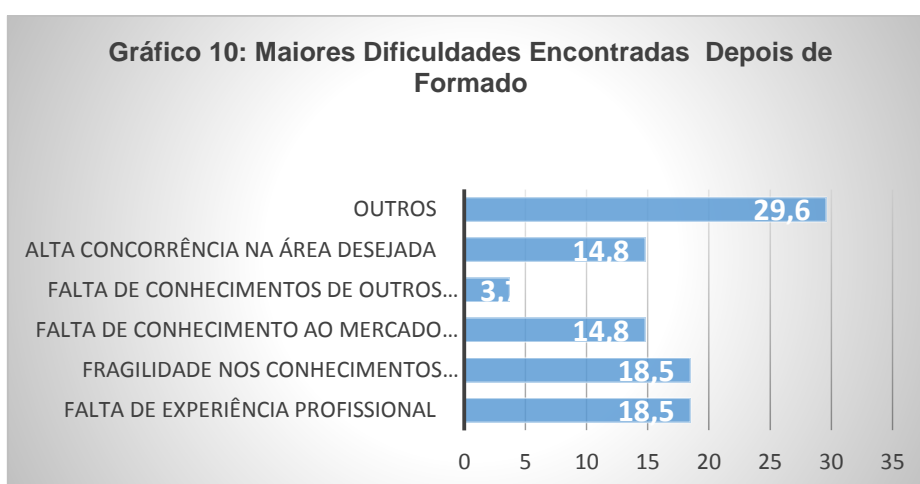
No tocante a obtenção do primeiro emprego, após a conclusão do curso, o gráfico abaixo nos mostra que a maioria dos egressos com um percentual de 29% conseguiram seu emprego no período de um até três meses.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Apesar de 29% dos alunos terem conseguido o seu primeiro emprego após a conclusão do curso, houve uma omissão das respostas por parte da grande maioria, chegando com um percentual de 67% de “sem respostas”. Essa omissão nos leva a acreditar que uma das razões seria que uma vez que a maioria dos alunos se encontra empregada (ver no Gráfico 14), o curso não teve muita influência na hora da conquista do primeiro emprego.

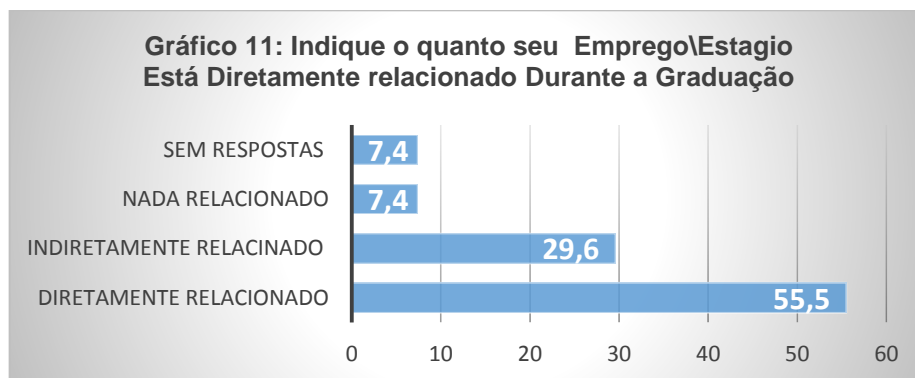
Diante de um cenário competitivo que vivemos no mercado de trabalho é comum encontrarmos constantemente barreiras e dificuldades. No que se refere às dificuldades que encontramos depois de formados, no gráfico abaixo sugerimos algumas questões das quais os colaboradores da pesquisa identificaram:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

A fragilidade nos conhecimentos e a falta de experiência profissional foram os fatores que, depois do processo de formação, foram evidenciados como as maiores dificuldades. Quanto a “Outros”, apesar de não ter sido identificado como uma causa específica, acredita-se que foram dificuldades determinantes logo após a formação.

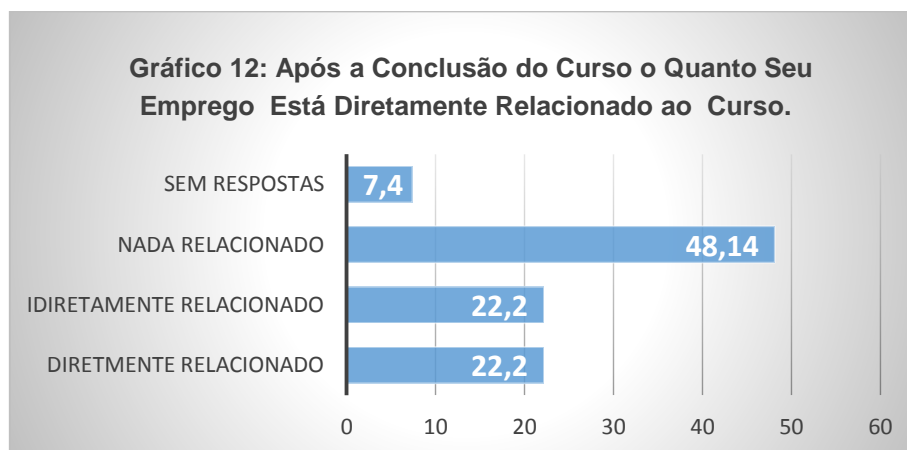
No Gráfico 11, identificamos que 55,5% dos alunos participantes da pesquisa tiveram o seu emprego ou estágio diretamente relacionado durante a graduação do curso de Gestão Pública.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Ainda que haja um percentual de 29,6% dos alunos que acreditam que suas atividades de estágios ou emprego estão indiretamente relacionadas ao curso de Gestão Pública durante sua graduação, percebemos uma atuação do contato do aluno com os conteúdos relacionados com o curso, por maior ou menor que sejam esses contatos.

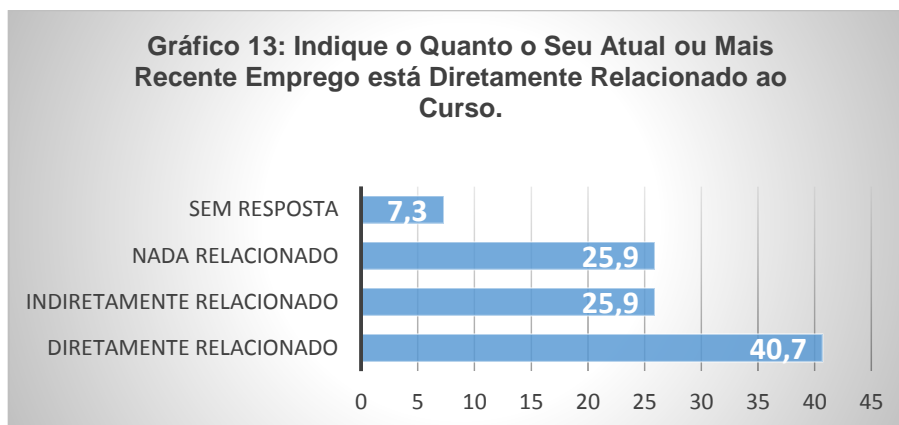
No tocante ao primeiro emprego, identificou-se que para 48,1% dos alunos a sua atuação no trabalho não está nada relacionada ao curso de Gestão Pública, conforme se vê no gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Ainda no tocante ao primeiro emprego, percebeu-se uma fragilidade da atuação da relação do trabalho dos alunos com o curso de Gestão Pública.

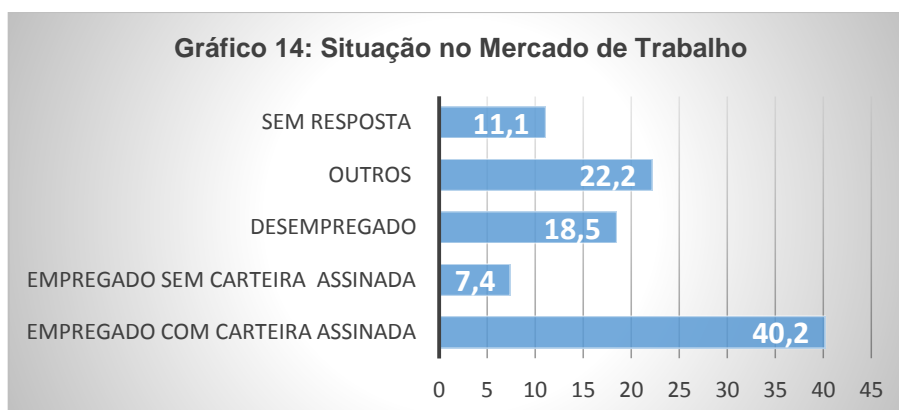
No que podemos afirmar sobre o emprego atual ou mais recente destes alunos, mas identificou-se que em 40,7% dos entrevistados sua atuação no trabalho está diretamente relacionada ao curso de Gestão Pública, uma situação inversa conforme vimos no gráfico anterior (Gráfico 12), que nos é apresentado abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Não obstante 40,7% dos alunos acreditarem que o seu atual emprego está diretamente relacionado ao curso, ainda há aqueles que consideraram “indiretamente relacionado” ou seja, que em partes o seu emprego está relacionado. Com isso notamos um avanço dos percentuais com o relacionamento das atividades do curso em relação desde quando os alunos conquistaram seu primeiro emprego até o mais recente.

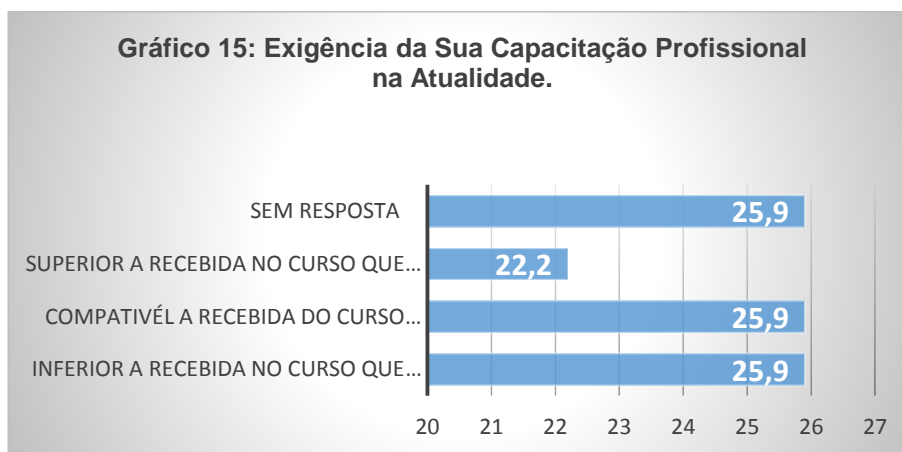
No respectivo gráfico os dados demonstram a situação atual no mercado de trabalho. Conforme podemos observar, cerca de 40,2% dos entrevistados possuem emprego com carteira assinada.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Embora a maior parte dos alunos participantes da pesquisa encontra-se empregada, ainda sim existe uma determinada demanda que se autodeclarou “desempregado”. Certamente, existem alguns fatores que devem ser levados em consideração para que os referidos alunos se encontrem em tal situação. Apresentaremos aqui algumas justificativas, pelas quais eles julgam estar sobre tais condições, dentre elas são: “Me preparando para concursos”, de fato esse é um dos momentos singulares para o curso de Gestão Pública, pois neste ano de 2015 deu-se a abertura do edital do concurso público que contempla duas vagas para tecnólogo em Gestão Pública. Enquanto uns preparam-se para concurso outros alegam “Prefiro optar por concluir o curso com maior envolvimento, preparando eficientemente para o cargo que breve desejo ocupar” – estes acreditam que se dedicar ao trabalho certamente pode impactar negativamente em suas atividades de relacionamento com o curso. Outros focam numa pós-graduação, afirmando também que para chegar nesse objetivo é necessário doar mais tempo, e que o único jeito é não atuando no mercado de trabalho no momento. Para outros, acreditam no lado oposto afirmando “Não trabalho, por falta de oportunidade e/ou muita concorrência”.

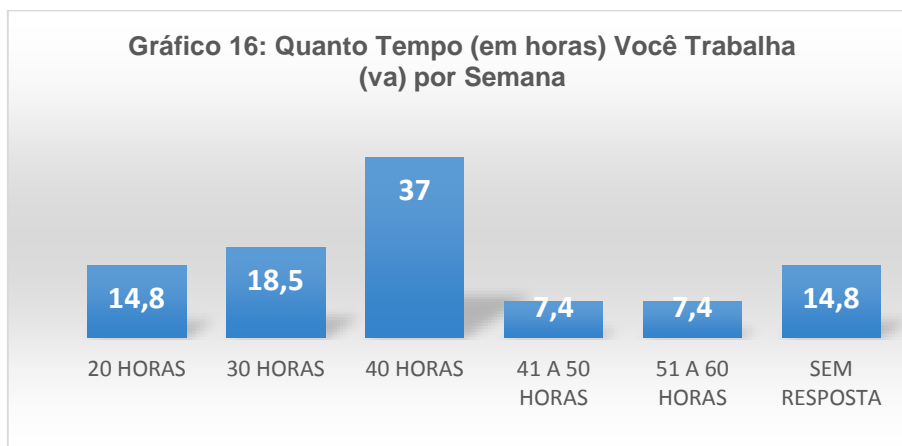
O gráfico abaixo revela como é a exigência da capacidade profissional no mercado de trabalho, demandada pelos colaboradores da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Como constatado, a maioria dos entrevistados estão divididos entre aqueles que acreditam que o ensino que o curso proporcionou a ele é compatível com a capacidade exigida para exercer suas atividades, propiciada no seu atual trabalho. Como também houve aqueles que acreditam que o curso de Gestão Pública proporcionou um conhecimento inferior à capacidade da necessidade de execução das suas atividades, ambos tiveram um percentual de 25,9%. Isso nos leva a entender que o curso tem um ensino intermediário que atende os anseios desses profissionais.

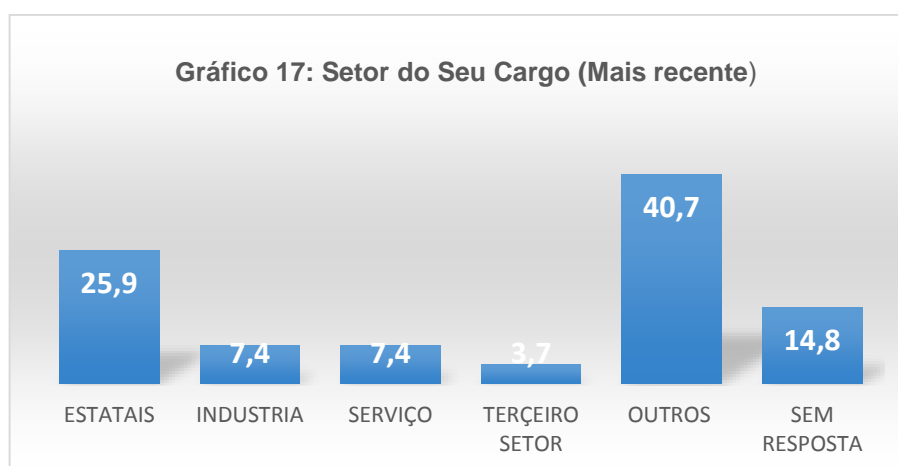
As horas trabalhadas semanalmente também são descritas abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

A maior parte dos participantes da pesquisa possui uma carga horária semanal inferior a 40 horas. Embora em menor escala percebamos a existência de pessoas que possuem carga horária superior a 41 horas semanais, o que é absolutamente preocupante, tendo em vista que isso pode refletir negativamente na vida em geral desses participantes.

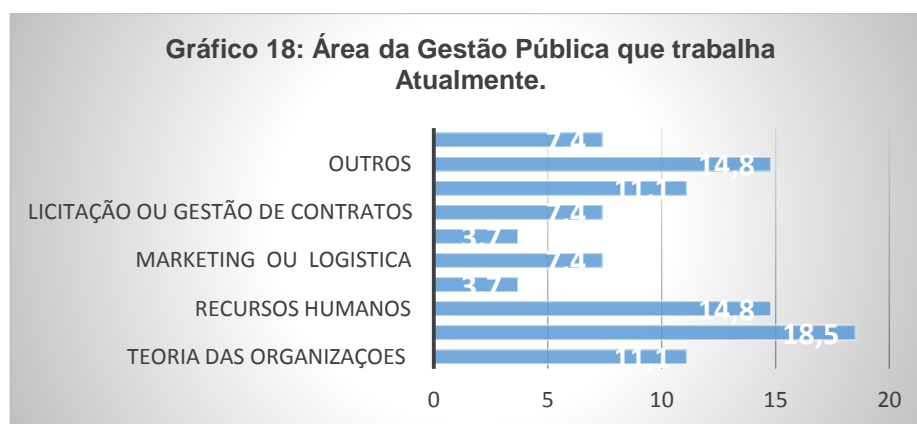
“Outros” foi o setor que foi mais relevante em termos de percentuais que determinaram o cargo mais recente de atuação profissional por parte dos componentes da pesquisa, conforme demonstrado abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

As empresas estatais foi o setor que mais teve destaque com uma representação de 25,9%.

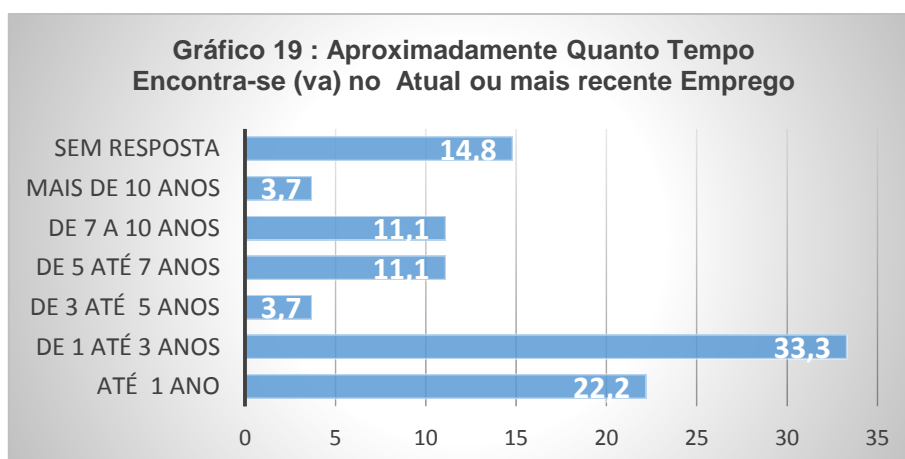
Levando em consideração o trabalho dos colaboradores da pesquisa, percebeu-se que a parte de finanças e economia é a área do curso de Gestão Pública em que se obteve maiores percentuais, chegando a 18,55%, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Embora a parte de finanças ou economia tenha apresentado grande relevância, é de fundamental importância colocar que a parte de recursos humanos também teve sua importância no tocante a atuação no trabalho destes alunos, existindo uma diferença de no mínimo 3,6%.

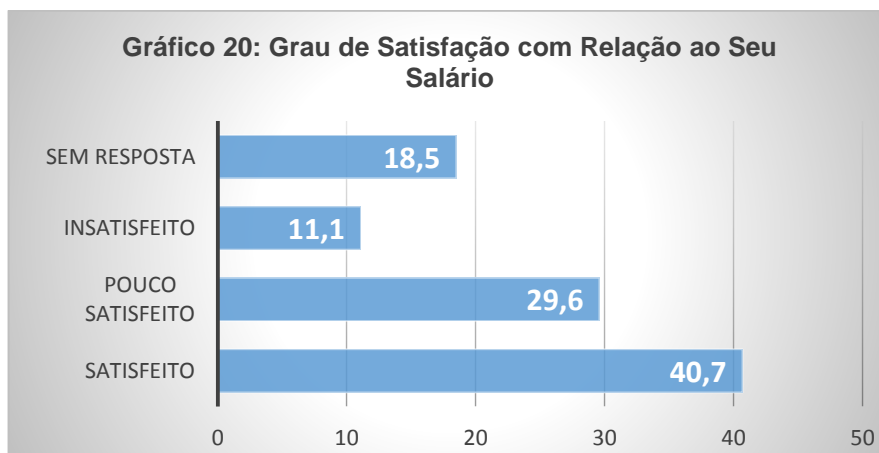
Neste gráfico, notaremos que de um a três anos é o tempo em que o respectivo formando encontra-se no seu atual emprego, representado por 33,3%, como demonstrado no respectivo gráfico:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Percebemos que os referidos alunos são um grupo bastante consolidado no seu emprego, onde boa parte deles está atuando há um tempo considerável.

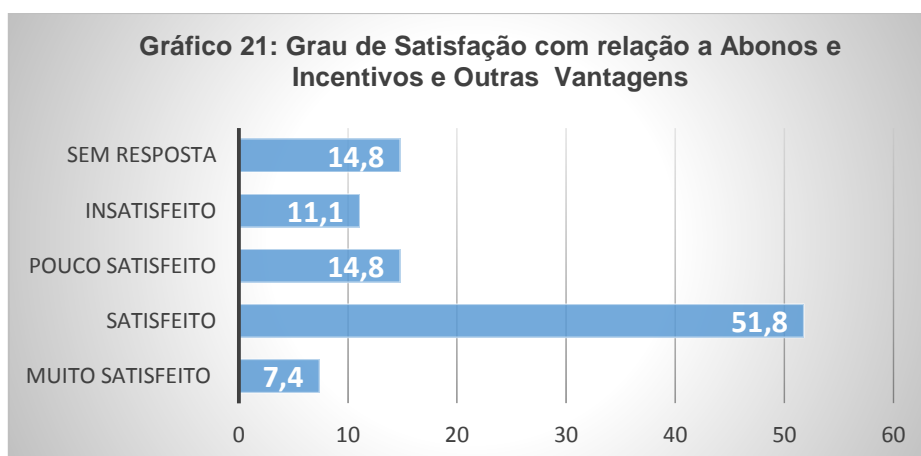
Diante de um grupo consolidado no seu trabalho, onde a maioria tem um tempo considerado no seu trabalho, o grau de satisfação em relação ao seu salário é de satisfeito, atingindo uma demanda de 40,7% dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Visto que a maioria é satisfeito com o seu salário, subentende-se que boa parte desse público tende a ter uma qualidade de vida melhor no sentido econômico, levando em consideração a perspectiva de seu bônus atender às suas necessidades materiais.

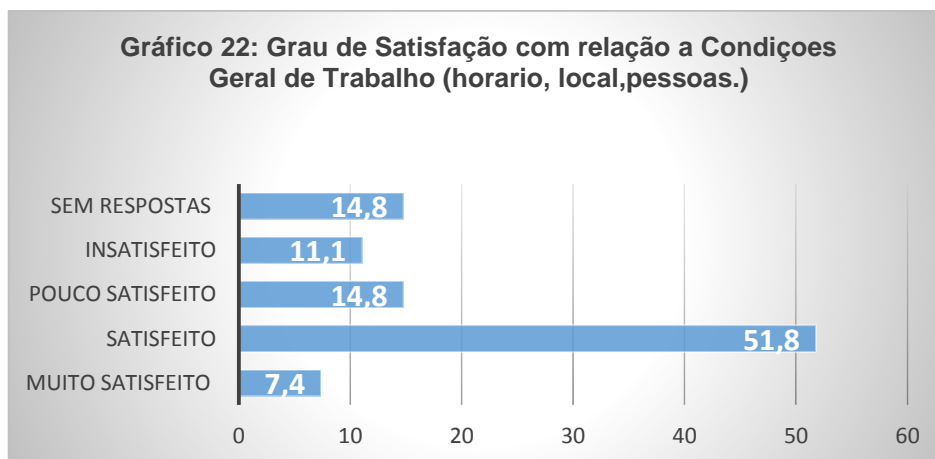
O Gráfico abaixo nos revela que 51,8% dos entrevistados encontram-se em um estado de satisfação em relação aos seus abonos e incentivos.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Embora uma parcela importante ainda encontra-se insatisfeita ou pouco satisfeita, a grande maioria acredita numa satisfação em seus incentivos e abonos.

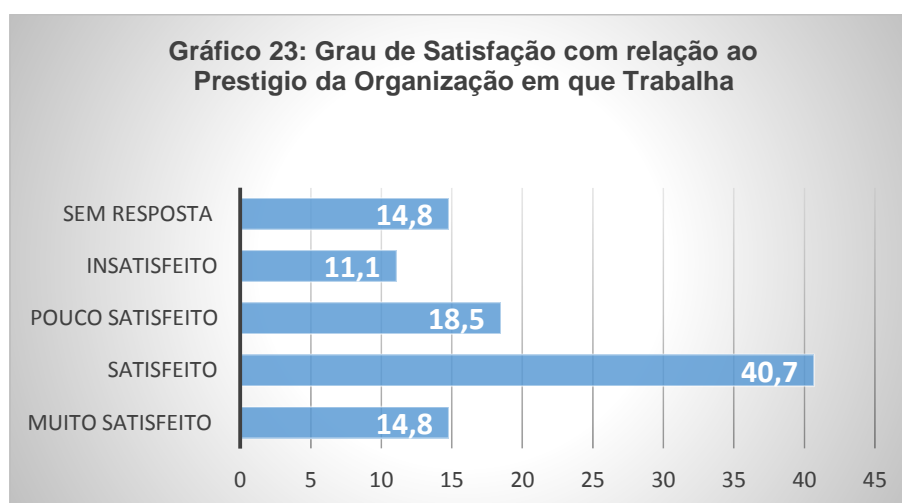
Não bastando uma satisfação nos abonos e incentivos, o gráfico abaixo mostra que 51% dos entrevistados também se encontram num estado de satisfação em relação às condições gerais de trabalho.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

A satisfação com as condições gerais de trabalho, sejam elas no tocante ao horário, local e às pessoas nas quais se convive, proporcionam a um estado de bem estar social na vida, proporcionando uma conjuntura de benefícios, sejam eles de ordem social, física e até mesmo intelectual para o grupos pertencente a esse perfil.

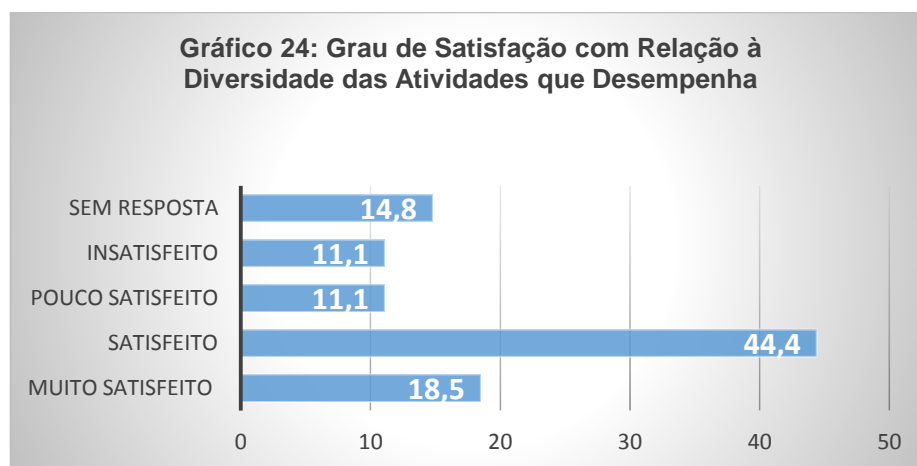
“Satisfeito” é a definição que encontramos no gráfico abaixo para enquadrar o perfil dos alunos que compõem esta pesquisa, sendo este com uma representação de 40,7%.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB

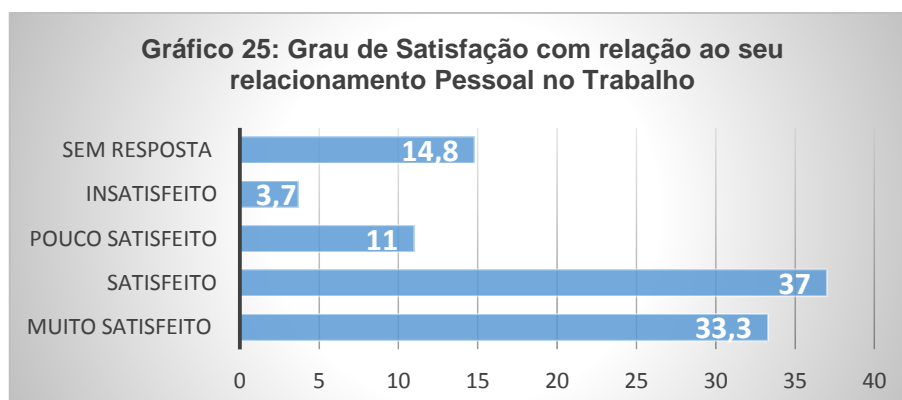
Por existir uma satisfação em relação ao prestígio da organização no qual se trabalha, percebe-se que os referidos participantes têm grandes possibilidades de permanecerem em seu respectivo trabalho, haja vista estarem satisfeitos.

Como se percebe, também há um grau de satisfação persistente em relação à diversidade das atividades em que se trabalha, sendo a existência de um percentual de 44,4% dos entrevistados:



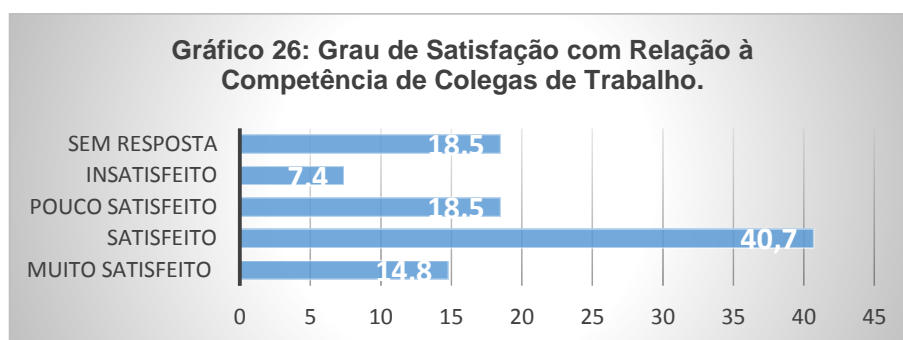
Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Há existência de uma satisfação no tocante às atividades que se desempenha dentro da organização na qual os entrevistados trabalham, implicam necessariamente uma melhor qualidade no processo de produção, evitando uma fadiga resultante de um processo enfadonho e repetitivo. Uma vez que há uma satisfação nas atividades, há maiores possibilidade destes participantes ficarem mais tempo no seu emprego, visto que há mais chances de se ter qualidade no trabalho. No gráfico abaixo, percebemos a existência de um público de 37% dos percentuais que se consideraram como “satisfeito”.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB

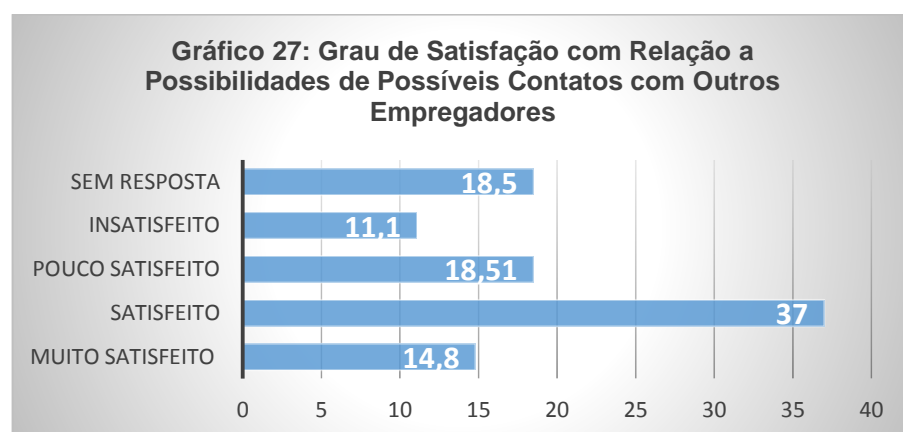
A relação pessoal com os colegas de trabalho é um fator determinante para que se possa existir uma qualidade no processo de produção e até mesmo um bem-estar social pessoal, além de termos um público de 37% como satisfeito, ainda há aqueles que se enquadraram como sendo “muito satisfeito”, demonstrando mais uma vez que a qualidade no trabalho é um fator positivo para a maior parte da demanda. Ainda de acordo com a linha de raciocínio acima, no respectivo gráfico abaixo identificou-se que também há uma satisfação em relação à competência dos colegas de trabalho, chegando com um percentual de 40,7%.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Concluimos que há mais um fator que contribui para que haja um grau de satisfação no cenário em que se trabalha.

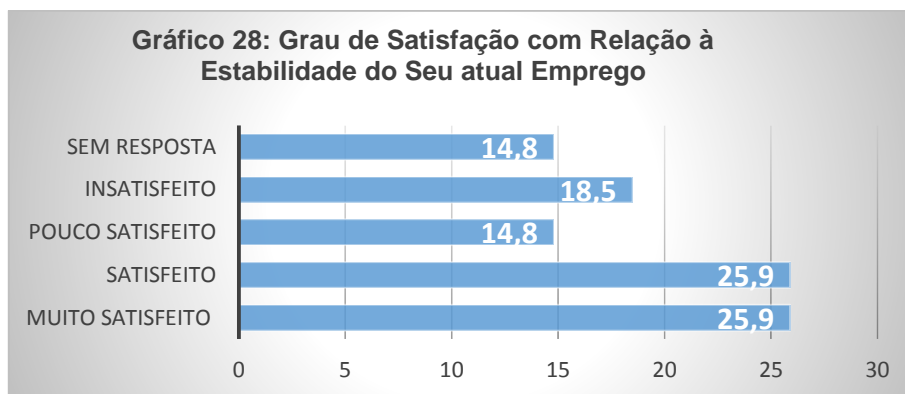
Para 37% dos entrevistados existe a possibilidade de possíveis contatos com outros empregadores conforme se vê no gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Mesmo com a atuação em seu respectivo trabalho, a possibilidade de contatos com outros empregadores reforça possibilidades de ingressarem em outro trabalho.

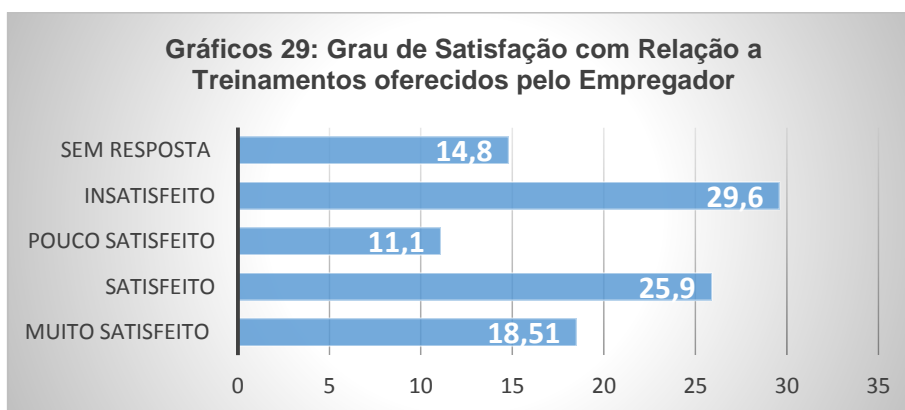
25,9% dos entrevistados encontram-se sob a condição de “satisfeito”, como também outra parcela dos entrevistados se encontra sob a condição de “muito satisfeito” conforme observa-se no gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Mais de 51% dos entrevistados afirmaram encontrar-se em um estado satisfatório com a estabilidade de seu emprego. Essa informação nos leva a crer, uma vez que só é possível ser estável em organizações públicas, que a maior parte dessa demanda trabalha em funcionalismo público.

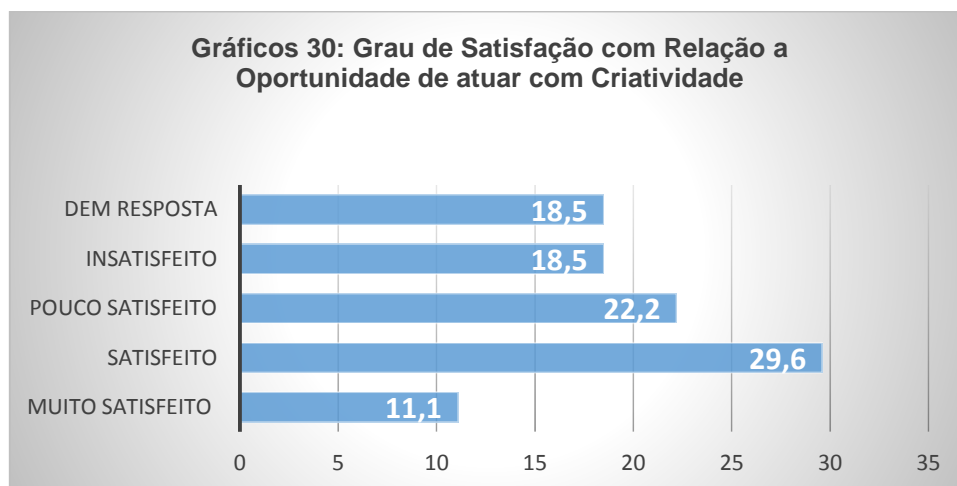
No gráfico abaixo, observa-se que já há uma insatisfação por parte da maioria dos entrevistados com um percentual de 29,6% que se consideram “insatisfeito”.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Em gráficos anteriores, observamos que a maior parte deste público trabalha em organizações públicas. Sabemos que nas organizações públicas há um déficit em preparação e treinamento para o servidor público ou prestador de serviço exercer suas atividades.

No respectivo gráfico, percebemos que 29,6% estão satisfeitos com a oportunidade de atuar com criatividade em suas atividades.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

A oportunidade de atuação com criatividade nas atividades do trabalho é uma das formas de administração no seu sentido artístico como vimos no primeiro capítulo na discussão de administração como ciência ou arte. Tendo em vista que a administração é arte, acredita-se que esse público exerça suas atividades conforme sua formação.

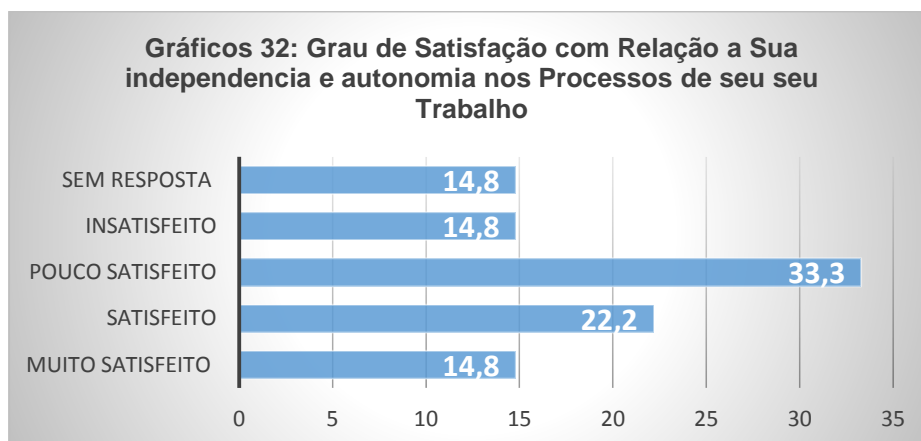
Neste gráfico abaixo, observamos que mais de 29,6% dos colaboradores não estão satisfeitos com a possibilidade de promoções em seu trabalho.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Tendo em vista que a maior parte dos componentes da pesquisa trabalha em organizações públicas, percebe-se, por uma questão estrutural da própria administração pública, que as possibilidades de uma promoção são muito restritas.

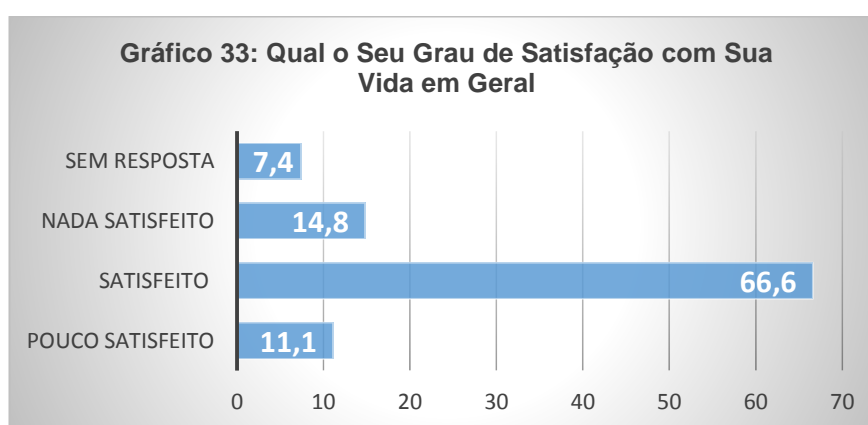
Na maior parte, 33,3% sentem-se insatisfeitos em relação a sua independência nos processos das atividades em seu trabalho, conforme se vê no gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Ainda que haja um estado de satisfação em relação à oportunidade de atuar com criatividade em suas atividades no trabalho conforme se vê no gráfico 30, constatamos que ainda assim não há uma independência e autonomia das atividades exercidas por estes alunos profissionais que compõem a pesquisa.

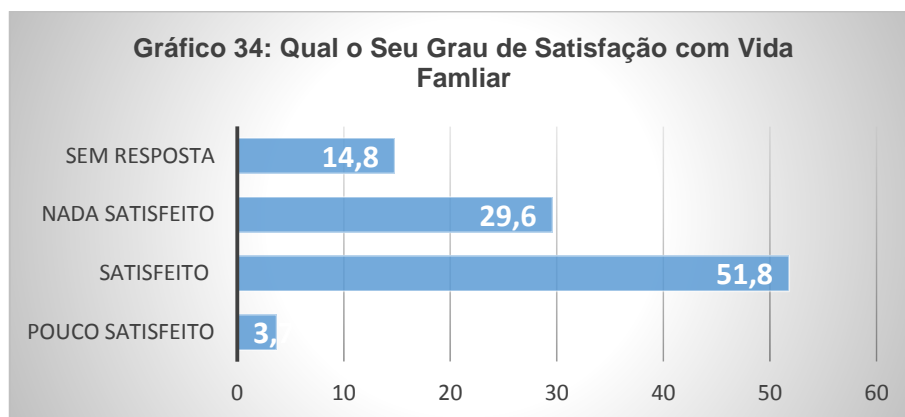
Após verificarmos algumas questões sobre a vida profissional dos alunos do curso de Gestão Pública, os respectivos gráficos nos revelaram dados sobre a vida pessoal destes alunos. Em relação a sua vida em modo geral, 66,6% dos entrevistados estão satisfeitos com sua vida:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Embora que com as adversidades que encontramos ao longo da vida não faltam motivos para se desanimar e desgostar da vida, os alunos colaboradores da pesquisa em sua grande maioria não se deixaram desanimar, estando eles em maior parte em estado de satisfação.

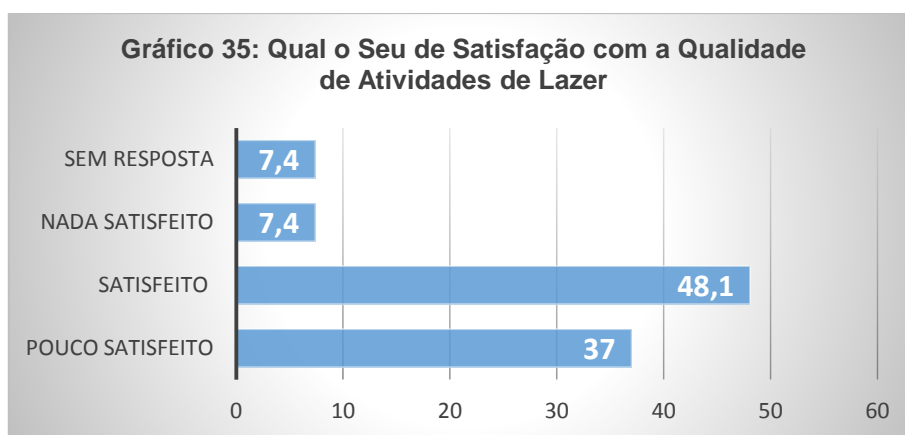
Observamos ainda que 51,8% dos entrevistados estão satisfeitos com sua vida familiar, como percebido abaixo:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Para tanto, quando há indicadores de que há uma satisfação com a vida familiar, certamente concluímos que há grandes possibilidades de se ter uma vida saudável.

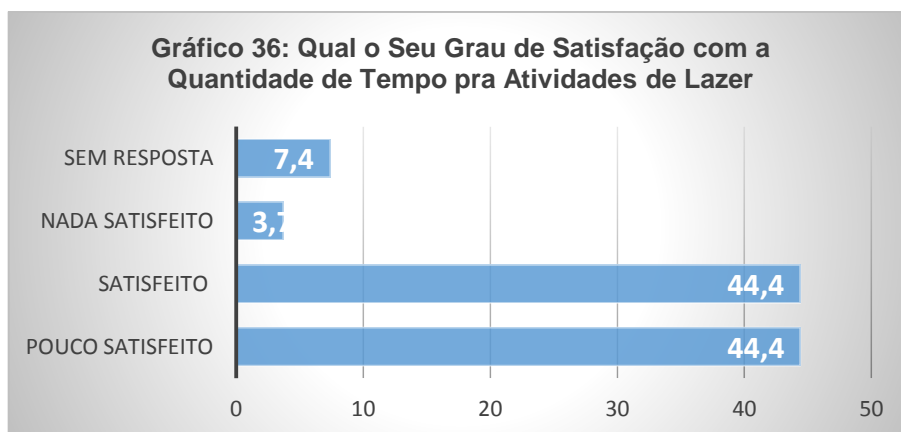
Em relação à qualidade de lazer identificou-se que mais de 48% estão em um estado de satisfação com a qualidade das atividades que exercem.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Esses dados nos indicam que há um número considerável de pessoas que reservam uma parcela do seu tempo destinado a atividades de lazer, e que por sinal têm-se atividades de qualidade.

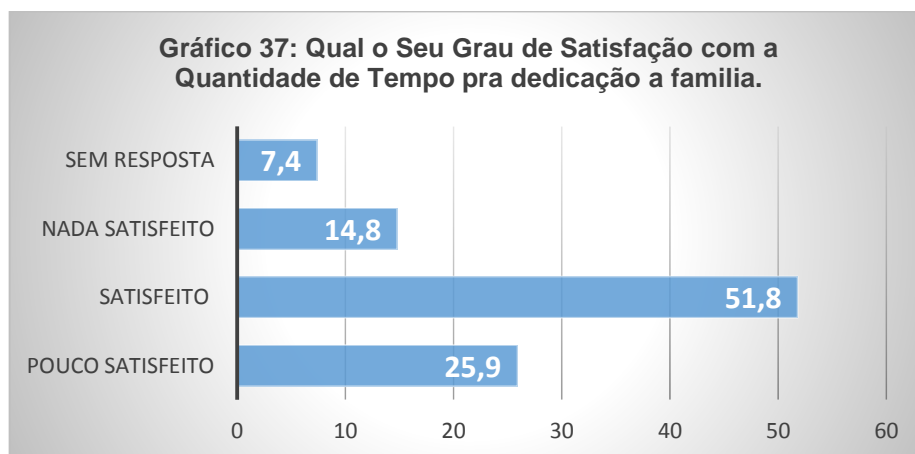
Já em relação às quantidades de tempo observou-se que mais 44,4% estão satisfeitos e mais de 88% estão em um estado de satisfação, conforme apresentado no gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Fazendo um paralelo como o Gráfico 35 que trata da qualidade das atividades de lazer, percebemos que os referidos egressos estão num estado de mais satisfação no tocante a quantidade de tempo para exercer suas atividades, do que propriamente a qualidade de tais atividades.

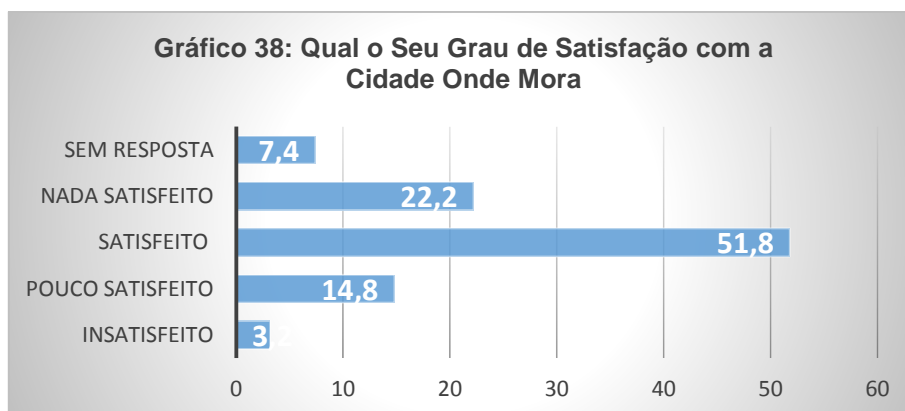
No gráfico 37, notamos que 51% dos participantes estão satisfeitos com a quantidade de tempo devotada à família.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Dentre eles, mais de 75% encontram-se em um estado de satisfação.

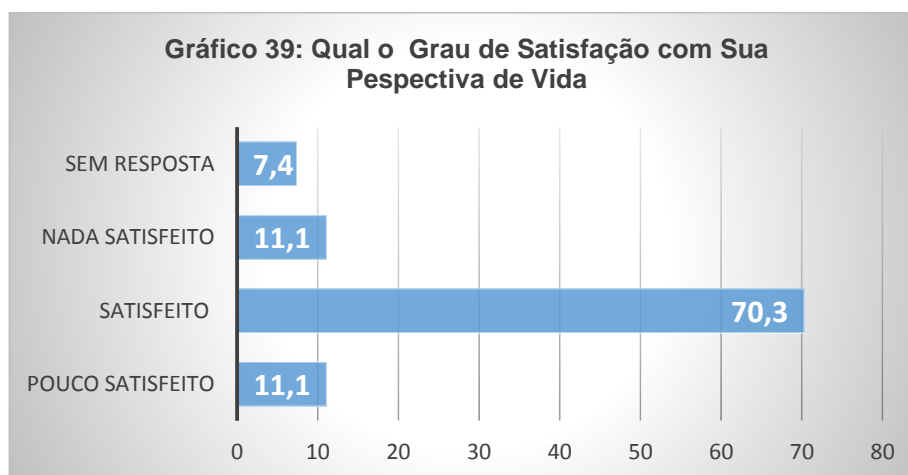
No tocante à cidade onde mora, conforme percebemos no gráfico abaixo, pouco mais de 51% dos entrevistados estão satisfeitos em residir na cidade onde reside.



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

Encontrar-se satisfeito em morar na cidade onde se reside é outro fator indicativo de qualidade de vida, para tanto mais uma vez podemos afirmar que tais pessoas que se encontram nessa condição têm maiores indicativos de qualidade de vida.

No gráfico abaixo, identificamos que a maior parte dos entrevistados representado pelo percentual de 70,3% se diz “satisfeito” com suas perspectivas de vida, e mais 80% em estado de satisfação:



Fonte: Elaboração própria. 2015/PB.

No geral, observa-se que o perfil do aluno participante da pesquisa encontra-se satisfeito com sua perspectiva de vida, demonstrando-se que eles têm traçado objetivos, e que via de regra suas metas tenham dado certo a fim de alcançar seus objetivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi de apresentar o perfil dos egressos e concluintes do curso de Gestão Pública da UFPB, tendo em vista que o curso surgiu com o intuito de formar indivíduos, pessoas e agentes capazes de exercer atividades dentro da esfera pública, buscando superar fragilidades existentes no setor público. Tais fragilidades implicam na falta de eficiência, eficácia e efetividade, sejam elas apresentadas na parte operacional, estratégica ou tática de tais organizações.

Através do questionário aplicado aos ex-alunos 2013.1 até concluintes 2015.1 do curso de Gestão Pública da UFPB, acreditamos que conseguimos alcançar o objetivo deste trabalho. Foi identificado que a quantidade dos egressos/concluintes que compõem o referido curso, a maior parte é constituída por um público de jovens adultos, no geral satisfeitos com sua perspectiva de vida, onde uma quantidade bastante considerável já exerce atividade profissional dentro das organizações públicas. Outro ponto que merece ser destacado são algumas características traçadas pelos entrevistados quando estavam na busca do ingresso da graduação. Constatou-se que estes identificaram o curso como sendo uma escolha atrativa por proporcionar uma qualificação para suas atividades das organizações pertencentes, e aos demais por quererem exercer atividades na máquina pública. É importante frisar que os alunos que se apresentaram nesta pesquisa como aqueles que não exercem nenhum tipo de atividade profissional são por razões extremamente “nobres”, ou seja, alegam querer ter um aproveitamento do curso de forma mais efetiva ou estão se preparando para concursos.

Destaco que é necessário observar que esse é um trabalho de caráter exploratório com construção progressiva na tentativa de traçar um perfil do aluno do curso de Gestão Pública da UFPB, permitindo auxílio à própria administração do curso e afins, na busca de conhecer, entender e compreender quem são estes, auxiliando na construção do seu olhar crítico e nas tomadas de decisões, como parte de um estudo mais amplo que fará uma análise também avaliativa de elementos pedagógicos do curso.

Ainda destaca-se que esse tipo de estudo é fundamental para que novos dados sejam acrescentados à pesquisa sobre o perfil, podendo ter este tipo de pesquisa aplicada pelo menos a cada 04 anos ou durante a vigência do PPC do curso. Ou até mesmo alimentar um sistema básico de informações sobre os egressos para comparar com a situação dos ingressantes.

Esse tipo de pesquisa avaliativa possibilita a melhoria dos sistemas de ensino, a formação profissional e coloca em maior sintonia o aluno, a proposta curricular e a sociedade.

Assim, considera-se que os objetivos e finalidades deste estudo poderão incentivar novas pesquisas.

Quanto ao aprendizado, foi fundamental para minha formação, pois pude me aproximar da pesquisa enquanto instrumento técnico, científico, do trabalho acadêmico que vou levar para minha atividade profissional, independente do campo que irei ingressar na Gestão Pública ou fora dela.

Nesse sentido, finalizo minhas apreciações sobre o trabalho realizado, como parte de um primeiro passo, concluir minha formação inicial e agora novos passos serão dados na direção de novos estudos na área da Gestão Pública.

REFERÊNCIAS

- AUDI; Patrícia. A gestão pública e o desenvolvimento sustentável no Brasil. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental: Res Pvblica**/ Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. – Ano 1, n.1 (set. 2002). Brasília: ANESP, 2002. Disponível em: http://www.anesp.org.br/userfiles/file/respyblica/respyblica_8_1.pdf. Acesso: 15.09.2015
- BRASIL, Constituição Federal de 1988, 1988.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Gestão pública para um Brasil de todos: um plano de gestão para o Governo Lula / Secretaria de Gestão.** – Brasília: MP, SEGES, 2003.
- _____. Programa GesPública. **Modelo de Excelência em Gestão Pública**, Brasília; MP, SEGEP, 2014. Versão 1/2014.
- _____.l. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública; Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF; Carta de Serviços ao Cidadão**; Brasília; MPOG, Seges, 2009. Versão 1/2009.
- DRAY, António. **O Desafio da qualidade na Administração Pública**. Lisboa: Lisboa, 1995.
- DRUKER , Peter Ferrnand. **O melhor de Peter Druker: a Administração**. São Paulo: Nobel 2001
- Análise das abordagens sobre as funções do administrador, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901981000200003&script=sci_arttext acesso em 07 de outubro de 2015
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças Públicas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008
- INEP. MEC. **Senso do Ensino de Educação Superior**. <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 15 de Julho de 2015. Acesso em 15 de setembro de 2015.
- JURISTAS LEIGOS. Teoria Geral do Estado e Teoria da Ciência Política. http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr/a_pdf/02_aatr_tge_tgd.pdf. Acesso em 20 de outubro 2015
- JAMES, Samuel Haig. **O que é administração Pública?** Textos Selecionados de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol.I, 2 ed; 1962.
- JELLINEK, G. *apud* BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10 ed.- São Paulo: Malheiros, 2000.
- LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública: a trajetória e estratégia da Gespública**. Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 3 ed.- São Paulo: 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7 ed.-Rio de Janeiro:FGV, 2006

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser: **Gestão pública do setor público**: Estratégia e estrutura para um novo estado. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PESTANA, Marcio. **Direito Administrativo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

PESSOA, Joseneide S. **O ensino superior brasileiro**: o público e o privado a partir da análise do Prouni. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teoria da Administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004

APÊNDICE A



EGRESSO ACADÊMICO:

UM ESTUDO DO PERFIL DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Questionário:

Prezado (a),

Por favor leia o texto abaixo:

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.

Declaro ter conhecimento de que estou participando de um estudo conduzido por graduando em Gestão Pública e supervisionado por uma Professora Doutora pela UFPB, que tem como principal objetivo de “Analisar o perfil do curso de gestão pública a partir dos egressos e concluintes do ano 2015.1”. Estou informado (a) de que, se houver qualquer dúvida a respeito dos procedimentos adotados durante a condução da pesquisa, terei total liberdade para me recusar a continuar participando da investigação. Meu consentimento assenta-se nas seguintes restrições:

- I) Todas as informações pessoais terão o caráter estritamente confidencial.
- II) O pesquisador está obrigado a me fornecer, quando solicitado, as informações acadêmicas coletadas. Ao confirmar a participação, passo a concordar com a utilização das informações para os fins a que se destinam (divulgação científica).

Tempo médio para preenchimento do questionário: 15 min.

Contatos:

Arthur Mendes – mendesoliveiraarthur@gmail.com

Joseneide Souza Pessoa - joseneide_pessoa@hotmail.com

Obrigatório*1. Concordo em participar da pesquisa***Marcar apenas uma oval.*☐ Sim**2. Idade**

Informe sua idade

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menor de 18 anos
- ☐ Maior de 18 a 25 anos
- ☐ 26 a 30 anos
- ☐ 31 a 35
- ☐ 36 a 40 anos
- ☐ 41 a 50 anos
- ☐ Maior de 50 anos

3. Sexo *

Informe seu sexo

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

4. Estado Civil **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Casado
- ☐ Solteiro
- ☐ Separado
- ☐ Divorciado
- ☐ Outro

5. Você se considera **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Negro
- ☐ Branco
- ☐ Pardo
- ☐ Amarelo
- ☐ Outro

6. **Qual(is) língua(s) estrangeira(s) você domina:**

Marcar apenas uma oval por linha.

	Inglês	Francês	Espanhol	Italiano	Alemão	Outros
Idioma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. **Considerando o salário mínimo federal de R\$ 788,00, qual a sua renda mensal em salários mínimos? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 1 Salário Mínimo
- ☐ Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$)
- ☐ Mais de 2 a 3 Salários mínimos (até R\$)
- ☐ Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$)
- ☐ Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$)
- ☐ Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$)
- ☐ Sem rendimentos
- ☐ Sem resposta

8. **Em que tipo de escola o(a) sr(a) cursou o ensino fundamental (antigo 1a. a 9a. Série)? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Somente em escola pública
- ☐ Somente em escola particular
- ☐ Maior parte em escola pública
- ☐ Maior parte em escola particular

9. **Você tem outra graduação, além do curso de Gestão Pública ***

Se sua resposta for NÃO vá para pergunta 15

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. **Motivo pela escolha do curso**

.....

11. **Se sua resposta anterior foi sim, quantos cursos você fez?**

.....

12. **Você trabalha em uma das áreas do Curso de Gestão Pública atualmente? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

13. Após concluir o curso de Gestão Pública, quanto tempo aproximadamente você demorou para obter o seu primeiro emprego na área?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ De 1 a 3 meses
- ☐ De 3 a 6 meses
- ☐ De 6 a 9 meses
- ☐ De 9 a 12 meses
- ☐ Mais de 12 meses

14. Quais foram as maiores dificuldades encontradas depois de formado(a)? *

*Marque mais de uma alternativa, se necessário.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Falta de experiência profissional
- ☐ Fragilidade nos conhecimentos teóricos adquiridos
- ☐ Falta de conhecimento em relação ao mercado de trabalho
- ☐ Falta de conhecimento de outros idiomas.
- ☐ Alta concorrência na área desejada
- ☐ Outros

15. Indique o quanto seu trabalho se relacionava ou se relaciona com o curso de Gestão Pública de acordo com o código abaixo: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Diretamente relacionado	Indiretamente relacionado	Nada relacionado
Estágio/trabalho durante a graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Primeiro emprego após a conclusão do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego atual ou o mais recente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. Qual a sua atual situação no mercado de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Empregado, com carteira assinada
- ☐ Empregado, sem carteira assinada
- ☐ Empresário
- ☐ Desempregado (responda a pergunta 29)
- ☐ Aposentado
- ☐ Outro:

17. Como é a EXIGÊNCIA DA SUA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL na atualidade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Inferior a recebida no curso técnico em que se formou
- ☐ Compatível com a recebida no curso técnico
- ☐ Superior a recebida no curso técnico em que se formou

18. Se você marcou “Estou desempregado” na questão 27, explique porque você acredita estar nesta situação

.....

.....

.....

.....

.....

19. Organização onde trabalha atualmente (ou a mais recente):

.....

.....

.....

.....

.....

20. Cargo que ocupa e as principais atividades desenvolvidas (no emprego mais recente):

.....

.....

.....

.....

.....

21. Quanto tempo (em horas) trabalha(va) por semana?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 20 horas
- ☐ 30 horas
- ☐ 40 horas
- ☐ 41 a 50 horas
- ☐ 51 a 60 horas
- ☐ 51 a 60 horas

22. Setor do seu cargo (no emprego mais recente):

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estatais
- ☐ Industria
- ☐ Serviço
- ☐ Consultoria
- ☐ Terceiro setor
- ☐ Outros

23. Em qual área de Gestão Pública trabalha atualmente (no emprego mais recente)?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Teoria das organizações
- ☐ Finanças ou Economia
- ☐ Recursos Humanos
- ☐ Contabilidade ou Auditoria
- ☐ Marketing ou Logística
- ☐ Sistemas de informação do governo
- ☐ Licitação ou Gestão de contratos
- ☐ Não aplico meus diretamente meus conhecimentos em nenhuma área de gestão pública
- ☐ Outro:

24. Há quanto tempo aproximadamente encontra(va)-se no seu atual ou mais recente emprego?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ até 1 ano
- ☐ de 1 até 3 anos
- ☐ de 3 até 5 anos
- ☐ de 5 até 7 anos
- ☐ de 7 at 10 anos
- ☐ mais de 10 anos

25. Indique o seu grau de satisfação em relação aos seguintes aspectos de seu emprego atual ou mais recente. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco satisfeito	Insatisfeito
Salário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Abonos, incentivos e outras vantagens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições gerais de trabalho (horário, local, pessoas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestígio da organização onde trabalh	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversidade das atividades que desempenha	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relacionamento pessoal no trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Competência de colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possibilidade de contatos com outros possíveis empregadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabilidade no emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidade de treinamento oferecido pelo empregador	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidade de atuar com criatividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidade de utilizar os conhecimentos adquiridos na universidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possibilidade de promoção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autonomia, independência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

26. Em relação ao seu emprego atual, com quais das seguintes afirmações você concorda? (Assinale com um "X" todas as que se aplicarem ao seu caso)

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pessoas com escolaridade menor que a minha estão trabalhando em emprego igual ao que tenho
- ☐ Pessoas com escolaridade menor que a minha estariam aptas a ter o mesmo emprego que tenho
- ☐ Tenho as habilidades necessárias para desempenhar satisfatoriamente as minhas atividades de trabalho
- ☐ Tenho habilidades necessárias para desempenhar funções mais complexas que as que exerço atualmente

27. De modo geral, qual o seu grau de satisfação em relação aos seguintes aspectos. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Vida em geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Vida familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade das atividades de lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade de tempo para as atividades de lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade de tempo para dedicação à família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cidade onde você mora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Perspectivas de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>